

Estratégia Local de Desenvolvimento

Zona de Intervenção dos concelhos de Câmara de Lobos, Santa Cruz, Machico e Porto Santo

Avaliação Intercalar

Março de 2019

Financiado por:



Índice

1. IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO DA ELD.....	1
1.1. <i>Localização (Concelhos e Freguesias)</i>	1
1.2. <i>Composição da Parceria</i>	2
2. INTRODUÇÃO	5
2.1. <i>Objetivo do trabalho e respetiva relevância</i>	5
2.2. <i>Metodologia seguida para desenvolver o trabalho</i>	6
2.3. <i>Descrição sintética dos capítulos do Relatório</i>	7
3. CONTEXTO DE IMPLEMENTAÇÃO DA ELD	9
3.1. <i>Evolução do território de intervenção</i>	9
3.2. <i>Identificação dos Beneficiários e outros grupos alvo</i>	12
3.3. <i>Objetivos e prioridades da Estratégia - elementos de coerência e pertinência</i>	13
3.4. <i>Disposições de gestão e de acompanhamento da Estratégia</i>	14
4. DISPOSITIVOS DE GESTÃO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLO DA ELD.....	23
4.1. <i>Contributos das operações no âmbito da ELD para o cumprimento dos seus objetivos</i>	23
4.2. <i>Participação dos parceiros locais na execução da ELD</i>	25
4.3. <i>Atividades de animação do GAL- elementos de aplicação da metodologia LEADER</i>	27
4.4. <i>Adequação da programação face à dinâmica de implementação da ELD</i>	29
4.5. <i>Indicadores financeiros e físicos (níveis de compromisso e de execução)</i>	32
5. QUESTÕES DE AVALIAÇÃO.....	35
5.1. <i>Questões de avaliação relativas às operações relacionadas com os objetivos das operações e com os domínios das prioridades do desenvolvimento rural</i>	35
5.2. <i>Questões de avaliação relativas à execução da ELD</i>	37
5.3. <i>Questão de avaliação relativa aos objetivos da política do território</i>	39
5.4. <i>Questões de avaliação relativas ao mecanismo de execução da ELD e ao valor acrescentado da abordagem LEADER</i>	40
6. OUTRAS AVALIAÇÕES	43
7. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	45
7.1. <i>Análise dos fatores de sucesso e insucesso da ELD</i>	45
7.2. <i>Recomendações</i>	47
ANEXOS.....	49
1. <i>Composição da Parceria</i>	49
2. <i>Listagem de reuniões realizadas</i>	53
3. <i>Projetos aprovados no âmbito dos Avisos</i>	54
4. <i>Estratégia Local de Desenvolvimento</i>	58

Avaliação Intercalar da ELD ACAPORAMA - Relatório Final -

Cofinancado por:



1. IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO DA ELD

1.1. Localização (Concelhos e Freguesias)

A zona de Intervenção da GAL/ACAPORMA compreende a totalidade dos territórios dos concelhos de Câmara de Lobos, Santa Cruz, Machico e Porto Santo, abrangendo um total de 16 freguesias.

Tabela 1- Dados demográficos das freguesias abrangidas pelo GAL da ACAPORAMA

Concelho	Freguesia	População (N.º)	Superfície (Km2)	Densidade (N.º/Km2)
Câmara de Lobos	Câmara de Lobos	17986	7.74	2324.6
	Curral das Freiras	2001	25.03	79.9
	Estreito de Câmara de Lobos	10269	7.87	1304.9
	Jardim da Serra	3311	7.36	449.6
	Quinta Grande	2099	4.14	506.9
Santa Cruz	Caniço	23368	11.99	1949
	Santa Cruz	7224	28.04	257.6
	Gaula	4028	6.95	579.8
	Camacha	7449	19.77	376.8
	Santo António da Serra	936	14.75	63.4
Machico	Machico	11256	17.49	643.7
	Água de Pena	2434	5.15	472.9
	Porto da Cruz	2597	25.22	103
	Canical	3924	11.85	334.8
	Santo António da Serra	1617	8.62	187.6
Porto Santo	Porto Santo	5483	42.59	128.7
	Total	105982	244.47	433.62

Fonte: Censos 2011.

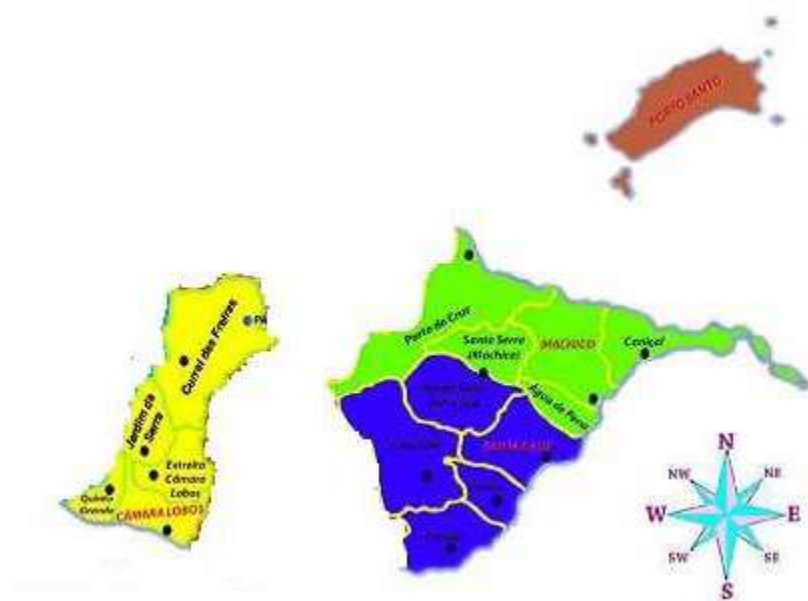


Figura 1- Mapa representativo das Zonas de Intervenção da ACAPORAMA.

A Zona de Intervenção abrange, no seu conjunto, uma superfície de 244.47 Km² correspondente a 31% da superfície da RAM e a uma população de 105 982 habitantes (40% da população residente, Censos 2011). A densidade populacional agregada é de 433,62 hab./km², provavelmente a densidade mais elevada das mais de cinco dezenas de zonas de intervenção da abordagem Leader em Portugal.

1.2. Composição da Parceria

A estrutura da Parceria do GAL reflete a natureza da ACAPORAMA com um predomínio acentuado das Instituições Privadas sem Fins Lucrativos na composição (47.2%), desde logo, as Ccasasas do Povo, mas também agremiações desportivas e culturais, bem como IPSS com atividade nos concelhos da Zona de Intervenção.

Tabela 2 - Parceria do GAL/ACAPORAMA, segundo a natureza das entidades parceiras

Entidades-tipo	N.º	%
Autarquia Local	14	11,2
Publica	3	0,3
Privada sem fins lucrativos	59	47,2
Empresa	21	16,8
Individual	28	22,4
Total	125	100,0

Fonte: GAL ACAPORAMA.

Mais de um sexto dos parceiros são empresas, sobretudo, pertencentes aos concelhos com maior dinamismo económico (Câmara de Lobos e Santa Cruz), abrangendo atividades dos serviços, algumas produções tradicionais agroalimentares e atividades da economia do mar.

A presença das Escolas Básicas não esgota o universo das unidades escolares dos concelhos abrangidos e não integra escolas do Porto Santo. Este concelho de Zona de Intervenção está sub-representado na estrutura da Parceria do GAL tanto em termos absolutos como na diversidade de entidades (não tem escolas nem empresas entre as entidades parceiras).

Tabela 3 - Parceria do GAL/ACAPORAMA, segundo a natureza das entidades parceiras, por Concelho

Entidades-tipo	Total	Câmara de Lobos	Santa Cruz	Machico	Porto Santo
Autarquia Local	14	6	3	2	1
Publica	3	1	1	1	-
Privada sem fins lucrativos	59	15	23	15	3
Empresa	21	8	11	8	-
Individual	28	11	8	5	2
Total	125	41	46	31	6

Fonte: GAL ACAPORAMA.

A Parceria regista a participação de três parceiros estratégicos sediados no Funchal mas que têm área de influência em vários concelhos da Região dada a natureza das atividades desenvolvidas. Assim, e para além da *Madeira Rural*, com missão e atividade em domínios-chave da concretização dos objetivos estratégicos da ELD, são parceiros estratégicos, a Associação Portuguesa das Pessoas com Necessidades Especiais e a Liga Portuguesa contra o Cancro. No conjunto dos quatro Municípios da Zona de Intervenção, Santa Cruz é o único Município que não integra a Parceria do GAL.

A estrutura de representação dos 125 parceiros da Parceria é composta pelas entidades constantes da tabela do *Anexo 1 - Composição da Parceria*.

A representação dos parceiros do GAL ACAPORAMA está centrada no binómio Autarquias/Casas do Povo com presença residual de associações culturais (apenas presentes em Santa Cruz e no Machico) integrando, ainda, os parceiros estratégicos referidos. As empresas e os parceiros individuais não se encontram representados.

Em síntese, a Parceria está representada por 3 Municípios, 10 órgãos autárquicos (Juntas de freguesia), um Museu municipal e 24 associações sem fins lucrativos, três das quais denominados Parceiros estratégicos.

2. INTRODUÇÃO

2.1. *Objetivo do trabalho e respetiva relevância*

A Avaliação Intermédia/Intercalar da Estratégia de Desenvolvimento Local (DLBC/Abordagem Leader) estava prevista na instrução da Candidatura (Seção 8) e consta também do *Protocolo de Articulação* funcional entra a AG do PRODERAM 2020 e o GAL ACAPORAMA. A Cláusula 14ª (Avaliação) refere que a avaliação dos apoios atribuídos no âmbito das Medidas será realizada sob a responsabilidade da ACAPORAMA ou do Gestor do PRODERAM (...) e incide sobre o *cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos, bem como a aderência aos objetivos de política pública rural e regional.*

Os Objetivos e conteúdos da Avaliação compreendem duas componentes principais:

- uma mais vocacionada para a *implementação da ELD*, tendo presente as incidências de gestão e execução, estabelecendo elementos de aproximação preliminar a realizações e resultados; e
- uma centrada em dimensões relacionadas com a abordagem LEADER e o valor acrescentado dessa abordagem na Zona de Intervenção.

A grelha seguinte reflete, no essencial, a árvore dos objetivos das referidas componentes:

- ✓ *Abordagem LEADER - implementação e valor acrescentado*
 - Mostrar o valor acrescentado do LEADER/DLBC e a forma de implementação da abordagem LEADER no GAL;
 - Assegurar a correta aplicação da abordagem LEADER;
 - Sensibilizar para o valor acrescentado da abordagem LEADER.
- ✓ *DLBC/ELD - da pertinência à eficácia e resultados*
 - Mostrar a pertinência, a eficácia, os resultados e os impactos das intervenções LEADER/DLBC a nível local;
 - Demonstrar os contributos do LEADER/DLBC para a consecução dos objetivos da política de desenvolvimento rural;
 - Compreender o que funciona e o que não funciona na implementação da ELD;
 - Melhorar a conceção e a execução da ELD, de forma a dar resposta às necessidades específicas das zonas de intervenção e das suas populações.

2.2. Metodologia seguida para desenvolver o trabalho

O suporte metodológico para a Avaliação Intercalar do GAL ACAPORAMA segue de perto as Orientações metodológicas gerais para a Avaliação das ELD/DLBC, definidas nas “Orientações para a Avaliação das Estratégias de Desenvolvimento Local, Leader/DLBC”, da responsabilidade da Rede Rural Nacional/Federação Minha Terra.

As Questões de Avaliação definidas no referido Documento, também aplicável aos apoios veiculados pelo PRODERAM 2020, serão adotadas na medida da sua relevância para a presente Avaliação procurando valorizar, sempre que possível, os resultados do exercício avaliativo no que respeita às dimensões da abordagem Leader.

Os conteúdos das principais etapas metodológicas são os seguintes:

- ↪ **Etapa 1. Estabilização e aprofundamento das componentes de análise de contexto, face aos objetivos da Avaliação** [Avaliação da informação documental e estatística disponível face às necessidades do exercício avaliativo; Reanálise da Matriz SWOT, dos objetivos, da lógica de intervenção da ELD e dos resultados esperados, por objetivo e áreas de atuação; Análise do modelo e procedimentos de gestão e de acompanhamento da implementação da ELD; e Identificação de alterações, desajustamentos e lacunas - eventual proposta de revisão em conformidade.].
- ↪ **Etapa 2. Estabilização e aprofundamento das componentes de análise da avaliação da execução da ELD e das Questões de Avaliação aplicáveis** [Construção do quadro lógico de intervenção - Objetivos, Medidas, resultados esperados e indicadores de realização, de resultado e de impacto; Avaliação da informação disponível e da sua qualidade face às necessidades de informação para avaliar a execução da ELD e para responder às Questões de Avaliação; Identificação de indicadores e de elementos adicionais a recolher através de instrumentos próprios; e Tratamento, sistematização de informação recolhida].
- ↪ **Etapa 3. Elaboração do Relatório de Avaliação Intercalar incorporando:** (i) os resultados das análises efetuadas nas etapas anteriores, designadamente as análises de contexto, de execução da ELD e das respostas às Questões de Avaliação específicas e outras, definidas pelo Avaliador em interação com o GAL; (ii) os fatores que contribuíram para o êxito ou insucesso da implementação da ELD; e (iii) as Conclusões e Recomendações].

2.3. Descrição sintética dos capítulos do Relatório

O Relatório de Avaliação Intercalar segue a estrutura recomendada pelo Documento da Rede Rural Nacional/Federação Minha Terra:

1. **Identificação da área de intervenção da ELD** [Localização (Concelhos e Freguesias); e Composição da Parceria.].
2. **Introdução** [(a) Identificação do objetivo do trabalho e da sua relevância; (b) Explicitação breve da metodologia seguida para o desenvolver; e (c) Descrição sintética dos capítulos do Relatório Preliminar.].
3. **Contexto de implementação da ELD** [(a) Breve informação contextual, sobre a evolução do território de intervenção, identificação dos beneficiários ou de outros grupos alvo; (b) Breve informação sobre os objetivos e prioridades da Estratégia; (c) Coerência e pertinência da Estratégia, se houve evolução no contexto de intervenção que venha a interferir na ELD e se os objetivos definidos se mantêm coerentes e pertinentes face às necessidades sociais e económicas que suscitaram a intervenção (reanálise da lógica de intervenção); e (d) Disposições de gestão e de acompanhamento da Estratégia, incluindo os circuitos de gestão e de acompanhamento, e os dispositivos de controlo físico e financeiro].
4. **Dispositivos de gestão, acompanhamento e controlo da ELD** [(a) Contributos das operações no âmbito da Estratégia para o cumprimento dos seus objetivos, incluindo projetos de cooperação; (b) Informação sobre a participação dos parceiros na execução da ELD, designadamente as relações entre os GAL, os parceiros locais e as AG; (c) Informação sobre as atividades de animação do GAL, incluindo uma descrição sobre a disponibilidade, a cooperação e a capacidade de ligação em rede da população local; (d) Informação sobre a aplicação da metodologia LEADER através do mecanismo de execução da ELD, incluindo uma descrição sobre a participação e representação da população local nas estruturas de tomada de decisão do GAL e nos procedimentos de gestão; e) Adequação da programação face à dinâmica de implementação da ELD; e (f) Identificação dos indicadores financeiros e físicos por operação (níveis de compromisso e de execução)].
5. **Avaliação dos resultados da implementação da ELD** [(a) Questões de Avaliação relativas às operações relacionadas com os objetivos das operações e, conseqüentemente, com os domínios das prioridades (principal e secundária); (b) Questões de Avaliação relativas à execução das ELD, relacionadas com os objetivos da Estratégia e visam captar os resultados alcançados pelo funcionamento da ELD

(Estratégia para o cumprimento dos seus objetivos); (c) Questão de Avaliação relativa aos objetivos da política do território relacionada com os objetivos políticos gerais; (d) Questões de Avaliação específicas definidas pelo GAL e/ou Avaliador; (e) Questões de Avaliação relativas ao mecanismo de execução do LEADER/DLBC (princípios da abordagem LEADER); e (f) Questões de Avaliação relativa ao valor acrescentado da abordagem LEADER.].

6. **Avaliação dos contributos da ELD para a Medida LEADER/DLBC** [Contributos da ELD, para as prioridades de desenvolvimento rural no PRODERAM 2020.].
7. **Conclusões e Recomendações** [a)Análise dos fatores de sucesso e insucesso da ELD, relativamente ao grau de cumprimento dos seus objetivos específicos; e (b) Recomendações baseadas nos resultados da Avaliação, incluindo eventuais propostas de adaptação da ELD.].

3. CONTEXTO DE IMPLEMENTAÇÃO DA ELD

3.1. Evolução do território de intervenção

A ELD foi aprovada a 08 de janeiro de 2016 pelo que este ano constitui a base de referência para a análise da evolução do território a qual está limitada à informação estatística disponível. Não sendo possível uma análise desagregada ao nível dos concelhos e freguesias, as notas seguintes estão focadas nas variáveis macroeconómicas disponíveis para a Região, enriquecidas com informações de contexto que contribuem para a atualização da Matriz SWOT, no final deste Ponto 3.1.

↳ Demografia e Emprego

A evolução do saldo natural tem revelado uma tendência decrescente no triénio em análise. A tendência é coerente com a diminuição da população residente registada em 2017 e anos anteriores. Em contraciclo, a imigração tem vindo a acentuar-se, com especial relevo para o retorno da Venezuela¹; no entanto, tal não tem sido suficiente para inverter a tendência da evolução negativa da população residente.

Tabela 4 - Evolução do saldo natural no triénio 2016-2018

	2016	2017	2018
Saldo Natural	-754	-553	-671

Fonte: Direção Regional de Estatística da Madeira (DREM).

Tabela 5 - Evolução trimestral da Taxa de Desemprego na RAM no triénio 2016-2018

Ano	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
2016	14,3%	13,0%	13,2%	11,0%
2017	12,5%	11%	9,3%	8,9%
2018	9,1%	8,3%	8,9%	8,9%

Fonte: Direção Regional de Estatística da Madeira (DREM).

A evolução da taxa de desemprego teve um percurso descendente até o 4º trimestre de 2017, verificando-se uma estagnação do desemprego ao longo de 2018.

↳ Turismo

O turismo é a atividade económica dominante na RAM, também nos territórios abrangidos pela zona de intervenção. A análise à evolução homóloga dos principais indicadores

¹ Um Relatório da Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas (Janeiro de 2019) refere que a Região Autónoma da Madeira terá recebido até esta data seis mil portugueses e luso-descendentes (aproximadamente 2,4% da população residente na Região).

nestes três anos apresenta pouca variação. A instabilidade do sistema de transporte aeroportuário, com especial incidência no ano de 2018, e o aumento da instabilidade dos operadores tradicionais do Destino Madeira, poderão ter contribuído para um ligeiro decréscimo no total de hóspedes deste ano.

Tabela 6 -Evolução dos principais indicadores de turismo entre 2016 e 2018

	2016	2017	2018
Total de Hóspedes	1.365.209	1.434.630	1.386.396
Dormidas	7.368.095	7.502.937	8.315.688
RevPAR	47,53€	51,18€	47,39€

Fonte: Direção Regional de Estatística da Madeira (DREM).

De um modo geral, os territórios da Zona de intervenção acompanharam a tendência nacional e regional no que respeita à evolução do Alojamento Local, havendo uma forte evolução da oferta deste tipo de serviço turístico entre 2015 e 2018, conforme tabela.

Tabela 7 - Evolução do Alojamento Local na Zona de Intervenção

Município	Ano	Nº Alojamentos	Nº camas
Câmara de Lobos	2015	4	13
	2016	6	17
	2017	9	29
	2018	20	49
	<i>Subtotal</i>	<i>39</i>	<i>95</i>
Santa Cruz	2015	34	136
	2016	77	425
	2017	120	459
	2018	96	355
	<i>Subtotal</i>	<i>327</i>	<i>1239</i>
Machico	2015	12	30
	2016	29	106
	2017	34	90
	2018	31	127
	<i>Subtotal</i>	<i>106</i>	<i>323</i>
Porto Santo	2015	36	150
	2016	38	139
	2017	36	161
	2018	29	113
	<i>Subtotal</i>	<i>139</i>	<i>413</i>
Total Zona de Intervenção		611	2070

Fonte: Dados do Registo Nacional. <https://www.alesclarecimentos.pt/legal/registo-nacional-do-al/>.

Ao nível do investimento público, destacam-se os investimentos ao abrigo do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) que apoiou

intervenções na área do saneamento básico, estabilização de taludes e regularização de ribeiras, com especial incidência nos três concelhos da Zona de intervenção pertencentes à Ilha da Madeira. Ainda de relevar, a conclusão do troço da via rápida entre Câmara de Lobos e o Estreito de Câmara de Lobos e a construção de uma nova ETAR no mesmo concelho. Na ilha do Porto Santo, o lançamento do projeto Porto Santo Sustentável - Fossil Free Island e a candidatura à Reserva da Biosfera da UNESCO, são as iniciativas públicas com maior relevância no território.

Em síntese, a ausência de mudanças significativas na estrutura económica e social dos territórios da Zona de Intervenção significa que o território manteve, *grosso modo*, as características identificadas aquando da preparação da ELD. A SWOT seguinte resulta de uma agregação para o conjunto da Zona de Intervenção das matrizes concelhias elaboradas em sede de Candidatura, com ligeiras atualizações.

Matriz SWOT da Zona de Intervenção

Pontos Fortes	Oportunidades
<ul style="list-style-type: none"> • Património natural e edificado de elevado valor e potencial; • Herança cultural de elevado valor alicerçada em endemismos desenvolvidos ao longo da história e alimentados pela insularidade; • Frente Mar e infraestruturas marítimas; • Areal, sistema dunar e ilhéus do Porto Santo; • Elevada diversificação e riqueza cultural própria nas diferentes freguesias; • Gastronomia tradicional aliada ao património agrícola; • Nichos de indústria agro-alimentar de elevada reputação e reconhecimento nacional e internacional; • Reputação turística e prémios internacionais que posicionam a RAM como destino de excelência; • Qualidade de vida e Segurança. 	<ul style="list-style-type: none"> • Diversificação da oferta turística; • Aumento da procura por destinos turísticos que apresentem elevados níveis de autenticidade; • Aumento da consciência ambiental e valorização de destinos com elevado património ambiental; • Especialização do destino Porto- Santo como destino de sustentabilidade, alicerçado no projeto do Governo Regional “Porto Santo Sustentável” e na futura Reserva da Biosfera da UNESCO; • Elevada visibilidade externa do Destino Madeira; • Conjuntura regional, nacional e internacional favorável para desenvolver a economia azul; • Aumento da cultura gastronómica e procura acentuada por produtos agro-alimentares de qualidade.
Pontos Fracos	Ameaças

<ul style="list-style-type: none"> • Caracter ultraperiférico e exiguidade do mercado de consumo regional; • Baixas qualificações académicas e profissionais; • Desemprego e escassas oportunidades para jovens qualificados; • Baixa taxa de natalidade; • Fraca inovação e reduzida cultura de empreendedorismo; • Dupla insularidade da Ilha do Porto Santo; • Elevada sazonalidade do turismo na Ilha do Porto Santo; • Centralização de serviços na cidade do Funchal e elevadas assimetrias socioeconómicas entre o Funchal e restantes concelhos; • Oferta de transporte público; • Mobilidade aérea e marítima. 	<ul style="list-style-type: none"> • Impactes na operacionalidade e integridade das infraestruturas portuárias e aeroportuárias ditadas pelas alterações climáticas e aumento dos fenómenos climáticos extremos; • Previsão de desaceleração da economia mundial, europeia e nacional para os próximos anos; • Brexit e o seu impacte no principal mercado emissor de turistas da RAM; • Aumento da instabilidade política nos principais mercados emissores; • Instabilidade e falência de operadores turísticos emissores para a RAM; • Estabilização política e crescimento de mercados concorrentes no Norte de África e Mediterrâneo.
---	--

3.2. Identificação dos Beneficiários e outros grupos alvo

A arquitetura da ELD tem na Sub-medida 19.2, o conjunto das Ações que visam apoiar operações de potenciais beneficiários. As Ações 19.3 e 19.4 têm como única entidade beneficiária a ETL do GAL ACAPORAMA.

Tabela 8 - Tipologia de beneficiários das Ações/Sub-ações

Ação	Sub-ação	Beneficiários
19.2.1	19.2.1.1	Titulares de uma exploração agrícola ou membros do seu agregado familiar com sede fiscal na zona de intervenção
	19.2.1.2	Microempresa, pequenas empresas e pessoas singulares de direito privado com sede fiscal na zona de intervenção.
	19.2.1.3	Pessoas singulares ou coletivas de direito privado com sede fiscal na zona de intervenção.
19.2.2	19.2.2.1	Autarquias, IPSS s, ONG's e entidades privadas sem fins lucrativos, que tenham o domicílio fiscal nos territórios da zona de intervenção da ACAPORAMA, entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos que tenham a competência de gestão do respetivo património, desde que o mesmo se situe na zona de intervenção da ACAPORAMA.
	19.2.2.2	
	19.2.2.4	Pessoas singulares ou coletivas de direito privado com sede fiscal na zona de intervenção.
19.2.3	19.2.3.1	Entidades singulares e coletivas com ou sem fins lucrativos que tenham o domicílio fiscal nos territórios da zona de intervenção da ACAPORAMA, desde que associados de forma legal ou associações de operadores económicos da área do turismo rural, desde que a operação de cooperação tenha o âmbito territorial da zona de intervenção e todas as entidades cooperantes/beneficiárias da Parceria tenham sede na Zona de intervenção.
	19.2.3.2	
	19.2.3.3	
19.2.4		Entidades dos setores público ou privado, reconhecidas como entidades formadoras e selecionados de acordo com princípios de contratação pública. Os formandos terão de ser necessariamente operadores e gestores das entidades beneficiárias da Abordagem LEADER.

Fonte: ELD -2014-2020, ACAPORAMA.

3.3. Objetivos e prioridades da Estratégia - elementos de coerência e pertinência

A ELD para a Zona de Intervenção constituída pelos concelhos de Câmara de Lobos, Santa Cruz, Madeira e Porto Santo, estabeleceu uma grelha relativamente clássica de abordagem dos territórios rurais no enquadramento de instrumentos de política de agricultura a desenvolvimento rural.

Esta grelha procura combinar ajudas a intervenções a produtores agrícolas (produção e valorização de produções primárias e diversificação gradual das suas atividades económicas), com ajudas à estruturação e qualificação da oferta turística e incentivos ao surgimento de iniciativas empresariais e ao emprego, num contexto de valorização da envolvente territorial (serviços de apoio às populações e equilíbrio natural-paisagístico).

A grelha seguinte procura estabelecer o racional explicitado na ELD, no tocante à relação entre objetivos estratégicos e domínios temáticos/objetivos de veiculação de resultados.

Tabela 9 -Quadro lógico de Intervenção

Objetivos estratégicos	Prioridades/Domínios temáticos
<ul style="list-style-type: none"> • Consolidar a atividade agrícola e valorização dos produtos agrícolas locais e a complementaridade com outros setores de atividade económica; 	<ul style="list-style-type: none"> • Agricultura e Desenvolvimento rural • Competitividade e eficiência económica
<ul style="list-style-type: none"> • Qualificar e diversificar a oferta turística em envolvência com o território na perspetiva de valorização dos fatores endógenos, como a agricultura e seus produtos; 	<ul style="list-style-type: none"> • Valorização do potencial turístico;
<ul style="list-style-type: none"> • Inovar nos serviços de apoio de base às populações rurais, incrementando a cooperação entre entidades; 	<ul style="list-style-type: none"> • Coesão e valorização social.
<ul style="list-style-type: none"> • Valorizar o equilíbrio ecológico e paisagístico do meio natural; 	<ul style="list-style-type: none"> • Proteção e valorização do ambiente; • Ordenamento do território;
<ul style="list-style-type: none"> • Aproximar os cidadãos dos serviços culturais, de lazer e educação; 	<ul style="list-style-type: none"> • Potencial cultural e de lazer;
<ul style="list-style-type: none"> • Incentivar o empreendedorismo e a criação de emprego, através da inovação e da promoção ao aparecimento de empresas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Competências humanas; • Estímulo à inovação e sociedade de informação.

Fonte: ELD - 2014-2020, ACAPORAMA.

Não obstante a referida racionalidade entre a matriz de objetivos estratégicos da ELD e as prioridades abrangentes fixadas, o perfil de absorção de recursos colocados a concurso no âmbito dos três Avisos (2016/2018) mostra que a consolidação do potencial turístico e a valorização económica dos recursos naturais e culturais têm constituído os eixos de desenvolvimento abordados com maior eficácia pela Estratégia.

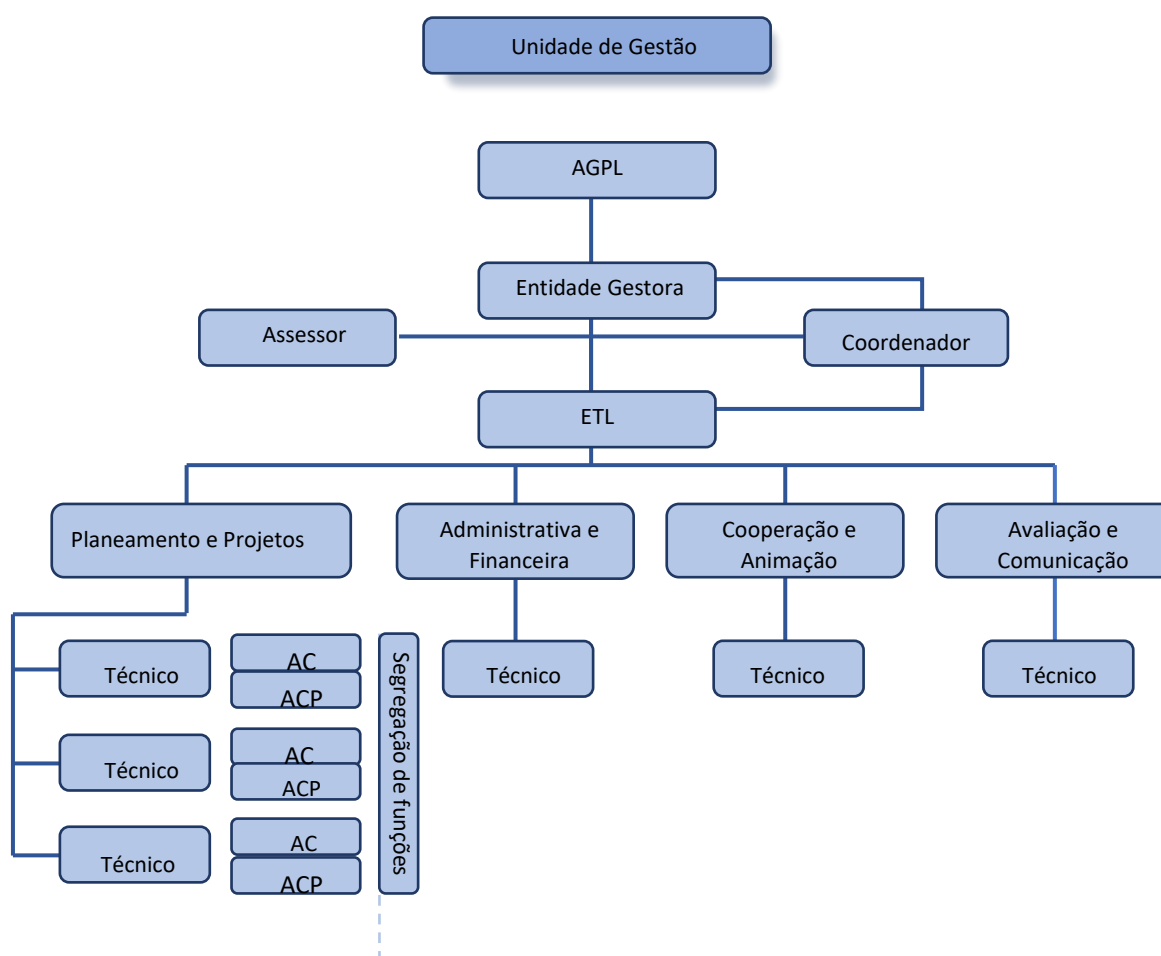
3.4. Disposições de gestão e de acompanhamento da Estratégia

↳ Modelo de Governação

O Modelo de governação do GAL ACAPORAMA é constituído por três níveis interdependentes:

- A Entidade Gestora (ACAPORAMA);
- As Parcerias Locais por cada freguesia do território da Zona de Intervenção (entidades singulares e coletivas sediadas na freguesia), com 2 representantes por freguesias;
- A Estrutura Técnica Local (ETL).

O Organograma seguinte explicita este Modelo nos seus principais órgãos:



A **Entidade Gestora do GAL da ACAPORAMA** é o organismo responsável para efeitos jurídicos e administrativos, sendo que os parceiros constituem o Comité de Decisão e ou seleção para a Estratégia e correspondentes projetos. A constituição das Parcerias deve assegurar que as mesmas não são dominadas por um único grupo de interesse público ou privado. O processo de verificação dos representantes destas Parcerias deve acautelar eventuais conflitos de interesses, na tomada de decisão na *Assembleia Geral das Parcerias Locais*, a qual só funcionará se estiver salvaguardado o princípio de proporcionalidade, significando que nenhum grupo de interesse, direta ou indiretamente representado, esse encontra em maioria.

A **Entidade Gestora do GAL** é responsável por:

- Disponibilizar uma Equipa Técnica Local com competências e formação específicas nas áreas a desenvolver, implementando e evidenciando a segregação de funções nas tarefas desempenhadas, através da identificação das áreas funcionais constituídas e dos recursos afetos. A ETL é previamente aprovada pela Autoridade de Gestão do PRODERAM 2020 e certificada pelo IFAP;
- Implementar procedimentos adequados e eficazes nas diferentes áreas de atuação: receção de Pedidos de Apoio, Pedidos de Pagamento e mecanismos de controlo e acompanhamento de operações concluídas;
- Implementar e garantir a segurança de todos os procedimentos e ferramentas informáticas de gestão da informação remetida pelas Parcerias Locais e pelos beneficiários;
- Assegurar a organização do processo de avaliação dos documentos de suporte à tomada de decisões;
- Garantir, de forma eficiente, a dinamização e gestão da ELD;

- Cumprir com as recomendações relativas à garantia da participação dos parceiros locais na implementação, acompanhamento e avaliação da definida e proceder a alterações na ELD, de forma a alcançar os objetivos propostos;
- Representar o GAL ACAPORAMA junto das autoridades nacionais e comunitárias.

A **Assembleia Geral dos Parceiros Locais (AGPL)** constitui o órgão máximo de tomada de decisão do GAL ACAPORAMA e tem a seguinte constituição:

- Dois representantes eleitos por cada uma das 16 parcerias locais (total de 32 representantes).
- Um representante de cada um dos Municípios da Zona de Intervenção do GAL/ACAPORAMA (total de 3 representantes, atualmente).
- A ACAPORAMA que preside (na qualidade de Entidade Gestora, sem direito a voto).
- Um representante de cada um dos parceiros estratégicos (Núcleo Regional da Liga Portuguesa Contra o Cancro; Associação Madeira Rural; e APPNE - Associação Portuguesa das Pessoas com Necessidades Especiais - Associação sem limites).

A representação por município de Municípios de Zona de intervenção e por 2 parceiros estratégicos, entidades coletivas que representam interesses socioeconómicos sectoriais locais, ainda que sediados fora da Zona de Intervenção, desde que representem associados ou utentes, dentro da mesma.

A **Estrutura Técnica Local (ETL)** apoia o órgão de gestão do GAL e é gerida por um Coordenador. As competências do Coordenador são as seguintes:

- Participar nas AGPL;
- Garantir o desenvolvimento das atividades inerentes à gestão na componente técnica e operacional, bem como, a gestão da ETL de forma eficaz e eficiente, de forma a dar cumprimento às orientações e decisões emitidas pela AGPL.

A composição da ETL tem carácter multidisciplinar, com dominância de formação nas áreas relacionadas com as linhas prioritárias da ELD. A ETL tem as seguintes competências:

- Elaborar as propostas dos avisos de abertura de concurso referentes às Ações 19.2 definindo as tipologias de investimento ou ações a financiar em função da execução da ELD, e submetê-las à aprovação da AGPL;
- Emitir pareceres técnicos sobre a admissibilidade e o mérito dos Pedidos de Apoio apresentados, assegurando que as operações sejam hierarquizadas em conformidade

com os critérios de elegibilidade definidos nas portarias regulamentadoras e os critérios de seleção definidos por cada Concurso;

- Analisar os Pedidos de Pagamento em função da verificação da elegibilidade e regularidade das despesas, dos controlos administrativos adequados ao correto acompanhamento das operações, em conformidade com a legislação comunitária e nacional aplicável, e de acordo com o definido no contrato de atribuição de ajudas;
- Proceder à recolha e tratamento de dados estatísticos, físicos, financeiros e outros, relativos às Ações, bem como sobre a execução da ELD, para a elaboração dos respetivos indicadores de acompanhamento e para os estudos de avaliação estratégica e operacional;
- Assegurar os procedimentos necessários à realização da Avaliação Contínua da ELD e preparar os Relatórios de Execução;
- Analisar os Pedidos de Pagamento em função da verificação da elegibilidade e regularidade das despesas, dos controlos administrativos adequados ao correto acompanhamento das operações, em conformidade com a legislação comunitária e nacional aplicável, e de acordo com o definido no contrato de atribuição de ajudas.

A ETL tem atualmente a seguinte Composição:

Tabela 10 - Equipa Técnica Local, formação e afetação dos membros à execução de tarefas

Nome	Função	Área Funcional	Formação Base	Formação Específica
José Sérgio Fernandes de Oliveira	Coordenador da ETL	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhamento e controlo de Projetos; • Validação superior de pedidos de pagamento • Animação e divulgação; • Cooperação. 	Licenciatura em Enfermagem	
Ana Luísa Alves Vieira(a)	Técnica de Desenvolvimento Local	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhamento e controlo de Projetos; • Animação e divulgação; • Cooperação. Apoio administrativo.	Licenciatura em Ciências da Educação e Mestrado em Administração Educacional	IB 2017 – Registo no portal e Formulário IB; TAPP 2017 - Termo de Aceitação - Pedido de Pagamento; Regulamento Geral de Proteção de Dados Como Comunicar Projetos apoiados por Fundos da UE
João Pedro Bettencourt (b)	Técnico de Desenvolvimento Local	<ul style="list-style-type: none"> • Análise de projetos; • Acompanhamento e controlo de Projetos 	Licenciatura em economia	IB 2017 – Registo no portal e Formulário IB; TAPP 2017 – Termo de Aceitação – Pedido de Pagamento; Regulamento Geral de Proteção de Dados
Ricardo Miguel Ornelas Oliveira(a)	Técnico de Desenvolvimento Local	<ul style="list-style-type: none"> • Análise, acompanhamento e controlo de Projetos; • Acompanhamento e controlo 	Licenciatura e Mestrado em Gestão	IB 2017 - Registo no portal e Formulário IB; TAPP 2017 - Termo de

		de pedidos de pagamento; • Apoio administrativo e financeiro; • Animação e divulgação; • Cooperação.		Aceitação - Pedido de Pagamento; Regulamento Geral de Proteção de Dados; Como Comunicar Projetos apoiados por Fundos da EU; Contratação Pública e Contencioso Pré-contratual à Luz Código dos Contratos Públicos Revistos.
--	--	---	--	---

(a) Início de contrato a 01 de junho de 2017; (b) Início de Contrato a 01 de abril de 2018.

O período de vigência/implementação da ELD foi especialmente marcado por perturbações no normal funcionamento da GAL decorrente da substituição integral da estrutura técnica e de coordenação (ETL GAL ACAPORAMA). Em Fevereiro de 2017 teve lugar a abertura de um procedimento concursal destinado a recrutar dois técnicos, a par da nomeação de um Coordenador, processo que ficou concluído no final de Maio. A nova ETL do GAL deu início ao trabalho de implementação da ELD a partir de 01/06/2017.

Este processo foi acompanhado pela Autoridade de Gestão do PRODERAM 2020 sendo se salientar a realização de um conjunto de formações de capacitação da ETL do GAL (cf. Relatório e Contas de 2017 do GAL ACAPORAMA) nomeadamente:

- Identificação do Beneficiário - IFAP;
- Termo de aceitação e Pedido de Pagamento e Norma de Pagamentos - IFAP;
- Plataforma de recolha/envio para a contratação PRODERAM 2020;
- Pedidos de pagamento no âmbito do Desenvolvimento Rural - IFAP.

Em 2018, a ETL do GAL frequentou diversas formações de capacitação com destaque para a Contratação Pública à luz do Código de Contratos Públicos Revisto - Entidades adjudicantes e para a Concepção e Gestão de Projetos; para além destas Ações de formação, decorreram formações de capacitação dinamizadas pela Autoridade de Gestão do PRODERAM. IFAP e Federação Minha Terra.

Ao longo de 2018, a ETL GAL dinamizou ações de formação dirigidas, por um lado, a beneficiários dos Avisos lançados nos em 2016 e 2017 e, por outro lado, a potenciais promotores de candidaturas no âmbito de Avisos lançados em 2018; as capacitações foram orientadas para a Contratação Publica para entidades adjudicantes, RGPD, Submissão de Pedidos de Pagamento, Conceção e Desenvolvimento e Conceção de Candidaturas em Cooperação.

↳ Circuitos de Gestão

A tabela da página seguinte sistematiza a complexidade do ciclo de análise e aprovação de candidaturas, o qual tem sido seguido como quadro de referência do trabalho da ETL tanto no plano técnico, como no envolvimento de validação por parte da AGPL.

Uma dimensão relevante da gestão da ELD prende-se com o desempenho da ETL nas diversas atribuições sob a sua alçada, remete para o ritmo de apreciação, seleção e decisão do Pedido de Apoio (PA), ainda que a dinâmica dos pareceres e o funcionamento das AGPL interfira também nas performances tempo entre a entrada do PA e a decisão final.

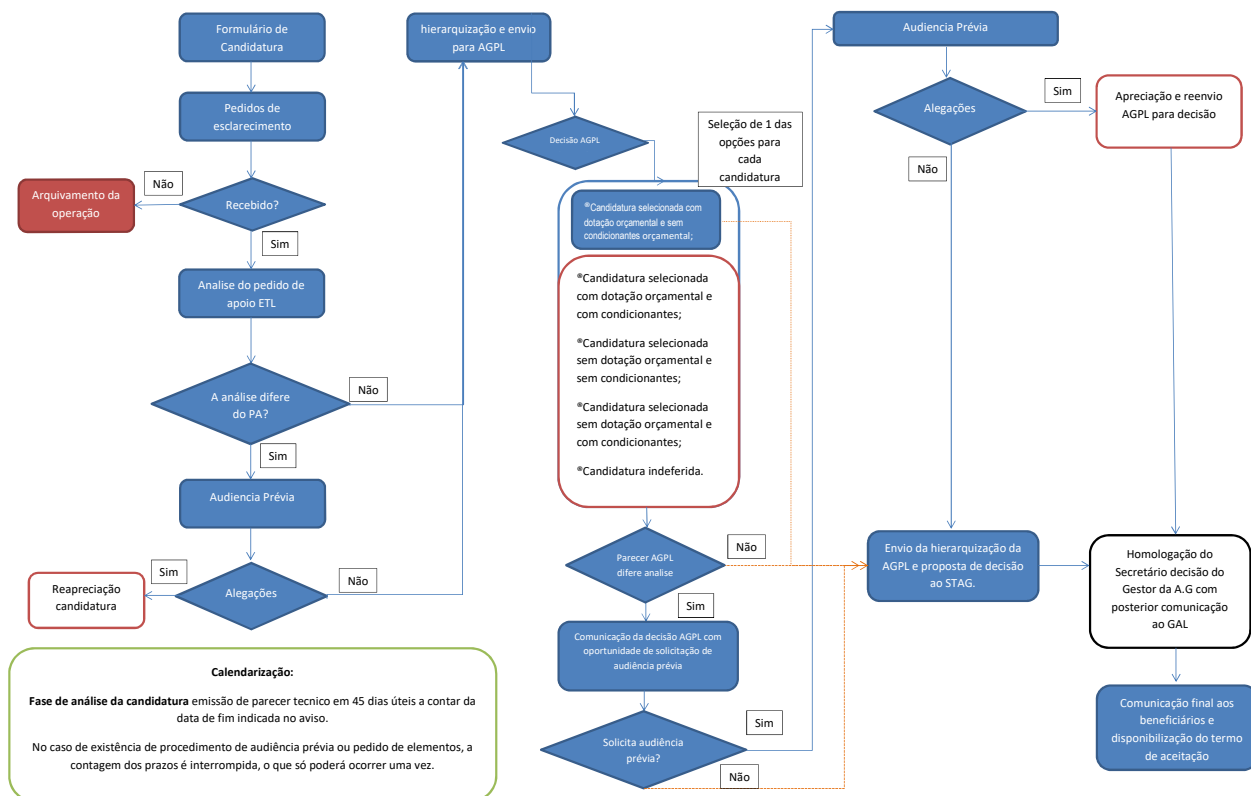
À medida que a ETL, instalada no final do 1º semestre de 2017, foi consolidando o seu trabalho de análise e seleção de candidatura e procedimentos de decisão final e contratualização os tempos médios sinalizados na tabela tiveram uma redução acentuada.

Tabela 12 - Tempos médios de decisão e assinatura, por Avisos (n.º de dias)

	Aviso nº 1 (13 cand. aprovadas)	Aviso nº 2 (21cands.aprovadas)	Aviso nº 3 (24 cand. aprovadas)
Tempo médio entre a data de receção e data de decisão final	422	231	198
Tempo médio entre a decisão final e a assinatura do contrato	65	48	27

Fonte: Base de Dados GAL ACAPORAMA.

Fluxograma de análise e aprovação de candidatura da competência do GAL-ACAPORAMA



O desempenho da ETL é adiante apreciado pelas entidades beneficiárias em resposta a um Questionário de satisfação que apreciou aspetos centrais do trabalho dos técnicos, especialmente apreciado no que se refere às competências e disponibilidade dos profissionais, à qualidade global do atendimento; apenas os tempos de resposta têm uma pontuação relativa inferior ainda assim superior a 75% de valorações positivas (entre 4 e 5, numa escala de 1 a 5).

Tabela 13 - Grau de Satisfação Global referente ao desempenho do GAL

<i>Dimensões de serviço</i>	1	2	3	4	5
Eficácia da resolução das solicitações	-	-	11,11	33,33	55,56
Atenção e disponibilidade demonstrada pelos técnicos da ETL	-	-	-	33,33	66,67
Tempos de resposta às solicitações	-	-	22,22	33,33	44,44
Competências dos profissionais	-	-	11,11	11,11	77,78
Clareza e objetividade da informação prestada	-	-	11,11	33,33	55,56
Capacidade de resolução de problemas	-	-	11,11	33,33	55,56
Flexibilidade de horários de atendimento	-	-	22,22	11,11	66,67
Facilidade de comunicação	-	-	-	33,33	66,67
Imagem do GAL ACAPORAMA	-	-	22,22	22,22	55,56
Qualidade global do atendimento	-	-	11,11	22,22	66,67
Qualidade do serviço em geral	-	-	11,11	33,33	55,56

Fonte: Base de Dados GAL ACAPORAMA.

↳ Acompanhamento e Avaliação

Em matéria de Acompanhamento e Avaliação, a ELD identifica os seguintes Documentos a elaborar regularmente:

- (i) Elaboração de Relatórios de execução intercalares da Assembleia Geral da Parceria Local (AGPL) após a conclusão de aprovações de projetos. Nesta vertente é enviado à Autoridade de Gestão um conjunto dos Resumos de cada projeto, as atas das reuniões da AGPL e os denominados ficheiros de escrutínio.
- (ii) Elaboração de Relatórios anuais aprovados pelo GAL em AGPL e posteriormente enviados à Autoridade de Gestão; o Relatório de Atividades e Contas cumpre os requisitos enunciados e está a ser utilizado com esse propósito.
- (iii) Avaliação interna com base num método de autoavaliação participativa no GAL, com frequência anual. Uma análise recorrendo a instrumentos participativos (questionários e inquéritos), disponibilizados aos parceiros e beneficiários tem sido efetuada ainda que com reduzidas taxas de resposta.

Paralelamente, são elaborados: os Relatórios de Execução do Plano de Ação da ELD, a pedido da Autoridade de Gestão e sem periodicidade fixa; e o Relatório de Execução de Atividades Conexas, com frequência anual.

Estes Relatórios visam cumprir os requisitos de acompanhamento estabelecidos pela Autoridade de Gestão, no âmbito da execução da ELD.

4. DISPOSITIVOS DE GESTÃO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLO DA ELD

4.1. Contributos das operações no âmbito da ELD para o cumprimento dos seus objetivos

Esta análise é realizada neste Relatório Preliminar em dois andamentos, função dos reduzidos níveis de conclusão dos projetos aprovados: (i) neste Ponto 4.1, através da sistematização das principais tipologias de objetivos específicos associados aos projetos aprovados; e (ii) no Ponto 4.5, com a apresentação da relação entre compromissos e execução, a 31/12/2018, e dos indicadores de realização dos projetos concluídos.

Um sobrevoo em torno dos objetivos associados pelos promotores aos projetos aprovados no âmbito dos três Avisos permite estabelecer grandes manchas de objetivos específicos/prioridades/domínios temáticos explorados em fase de candidatura e que fundamentaram, na aplicação das grelhas de critérios de seleção, a aprovação dos projetos:

- Valorização de produtos frutícolas com expressão agro-rural nos concelhos da Zona de Intervenção abrangendo componentes de transformação (com aproveitamentos e com produtos derivados, doçaria, ...) e de comercialização (castanha, maçã, cereja, ginja, frutos sub-tropicais, ...).
- Recuperação e restauro de património de matriz religiosa que integram parte das identidades das populações em diversas freguesias incluindo a criação de Roteiros turísticos culturais locais que podem contribuir para robustecer a participação dos territórios rurais em produtos turísticos do Destino Madeira.
- Apoio a idosos integrando componentes de melhoria de equipamentos, alargamento de valências e de ajudas técnicas, recurso a voluntariado de proximidade complementando intervenções dos serviços de Segurança Social e também promovendo lógicas de envelhecimento ativo. Trata-se de projetos com uma matriz de intervenção social, de iniciativa de juntas de freguesia, em áreas com forte presença de situações de pobreza e exclusão social;
- Iniciativas na esfera da integração da gastronomia madeirense no produto turístico regional (eventos gastronómicos e projetos de investimento de alojamento em espaço rural que integram componentes de Restauração que se comprometem com a divulgação de identidades gastronómicas (produtos da terra e do mar).
- Recuperação de edifícios rurais e de casas tradicionais em quintas com património interessante para instalação de estabelecimentos de turismo rural, contribuindo para fomentar a oferta de alojamento em freguesias rurais mais afastadas dos centros urbanos onde predominam ofertas mais clássicas;

- Preservação do património cultural rural abrangendo operações que visam recuperar práticas de plantio de espécies autóctones, história e tradição da criação artesanal de peças em vime, valorização do produto vinícola, etc.
- Desenvolvimento de projetos no domínio formativo-educativo ligados a medidas de combate à exclusão social, à promoção do sucesso educativo e à integração social de crianças em frequências pré-escolar e de 1º ciclo, à formação em regime laboral e pós-laboral e também ao acesso a formações não formais.
- Desenvolvimento de serviços de atividades náuticas no Porto Santo², numa ótica de resposta interna à Ilha, face a novas procuras (mergulho, passeios marítimos, ...) contribui para atenuar a sazonalidade da oferta turística da Ilha.

No tocante à análise da distribuição concelhia dos projetos aprovados no âmbito dos três Avisos, os dados mostram que o concelho de Câmara de Lobos lidera no número de projetos aprovados (22), que o concelho de Santa Cruz lidera no montante de compromissos assumidos (1.353.587,42 €) e que o concelho de Machico apresenta níveis de aprovações (5) e de compromisso (214 308,24 €), inferiores aos restantes concelhos de Intervenção sem qualquer projeto aprovado. A Ilha do Porto Santo tem um número reduzido de projetos aprovados, mas os níveis de compromisso assumidos com os 4 projetos (3 em execução) são elevados comendo, assim, uma dotação elevada para o território, expressa no compromisso por habitante de 127,54 €, superado apenas pela freguesia de Santo António da Serra (Santa Cruz) - cf. *Anexo 2*.

A cobertura territorial da Zona de Intervenção reflete os elementos de dinamismo do capital socioeconómico pré-existente e da capacidade de iniciativa de projeto em torno das potencialidades de valorização de recursos endógenos e de oportunidades de mercado e outras, dentro das prioridades e domínios temáticos comportados nos objetivos estratégicos da ELD.

Nesta dimensão de avaliação do potencial da ELD para o cumprimento dos seus objetivos estratégicos, emergem como contributos de trajetória mais positivos os seguintes:

- Consolidação de vertentes de diversificação do produto turístico madeirense, em concelhos da envolvente próxima do Funchal e no Porto Santo;
- Diversificação e Qualificação de atividades tradicionais da economia rural, sobretudo nas produções alimentares (frutas e derivados, vinho,...);

² No âmbito do 1º Aviso foi candidatado um projeto que visava a dinamização de um produto turístico diferenciado (Geoparque), vocacionalmente promotor do património geológico porto santense junto da UNESCO. Todavia, o projeto foi anulado por dificuldades de estruturação da Parceria.

- Proteção e valorização do património natural, com componentes associadas ao uso e fruição turística;
- Dinamização de projetos nas esferas social e educacional e formativa, com aproximações inovadoras a problemas de integração social de populações vulneráveis potenciando respostas a freguesias de matriz urbana que passaram a integrar a Zona de Intervenção do GAL ACAPORAMA.

4.2. Participação dos parceiros locais na execução da ELD

A animação das Parcerias Locais constitui uma peça-chave para assegurar um sério envolvimento dos agentes do território na execução da ELD e deve ocorrer a montante e a jusante das AGPL. As reuniões da Parceria Local, dotadas de Regulamento próprio, podem assumir um papel importante na dinamização da ELD tanto mais que, não dispondo a ETL de recursos para intervenção de proximidade nos territórios, o trabalho de Autarquias, Casas do Povo e instituições privadas sem fins lucrativos reveste uma função de “antenas no território” com reflexos potenciais na suscitação de oportunidades e de iniciativas de projeto e de investimento à escala local.

Não foram encontradas evidências da efetivação destas estruturas após as reuniões de aprovação da Parceria, não tendo a ETL expressado conhecimento sobre estas diligências.

O Regulamento Interno de Funcionamento da Parceria Local estabelece, no seu artigo 9º, ponto 1, que a Parceria Local “...reunir-se-á as vezes necessárias consoante o número de projetos a apreciar e sempre que as circunstâncias o exijam para o bom funcionamento da mesma”, impondo-se a assunção da responsabilidade deste Órgão analisar as candidaturas, para além da necessária e vinculativa análise efetuada em sede AGPL. Esta visão é reforçada pelo Artigo 7º, ponto 5, que estabelece os “Direitos e Deveres da Parceria Local”, e que atribui expressamente a responsabilidade da Parceria Local “... analisar e dar parecer sobre todas as candidaturas da freguesia”. A análise mais extensiva ao artigo 7º do Regulamento, permite verificar que apenas o ponto 2 (eleição dos representantes da Parceria local), foi integralmente cumprido.

O Regulamento é omissivo sobre as responsabilidades pela dinamização das reuniões da Parceria Local. O ponto 5º do artigo 4º institui um carácter informal a este Órgão, o que poderá não contribuir para a assunção de responsabilidades por parte dos parceiros. Também, não é atribuída quaisquer responsabilidades específicas aos representantes da Parceria Local, não obstante ser claro, no ponto 7 do artigo 7º, que os representantes “...têm assento em todas as instâncias de decisão sobre pedidos de apoio”. Da mesma forma, não é atribuída

qualquer responsabilidade direta da ETL, ou da AGPL, perante as reuniões da Parceria Local. No entanto, o artigo 6º, que estabelece os *Benefícios da Parceria Local em relação ao PRODERAM 2020*, estabelece, na alínea a) do ponto 1, que os Parceiros Locais têm direito a apoios como seja a “*Organização periódica de ações de sensibilização para aquisição de competências específicas...*”, ações essas dependentes da execução da ação 19.2.4, que não foi colocada a concurso nos 3 Avisos em análise no presente relatório.

A não dinamização destas estruturas teve consequências em toda a arquitetura de processos de trabalho da ETL na implementação da ELD mas também nos baixos níveis de participação dos representantes das Parcerias Locais nas AGPL, correspondendo a uma menor responsabilização e ausência orientações de atuação dos representantes quer perante as Parcerias Locais, quer nas ações de animação do GAL promovidas pela ETL, confluindo para uma reduzida envolvimento dos parceiros locais na execução da ELD e do respetivo Plano de Ação.

A estrutura de implementação da ELD, sobretudo após as alterações no 1º semestre de 2017, privilegiou a dinamização do ciclo de vida dos Avisos (divulgação, apoio técnico às iniciativas dos potenciais promotores, análise, aprovação formal, acompanhamento,...). A assunção desta prioridade não tem facilitado um envolvimento e identificação mais eficaz dos parceiros locais para com a ELD, descurando a animação da ELD no universo dos parceiros Locais e não contribuindo satisfatoriamente para a construção de lógicas *bottom-up* próprias do património da Abordagem Leader.

Atualmente existe uma dispersão significativa na capacidade das diferentes Parcerias Locais para se envolverem na implementação da ELD, diferença maioritariamente ditada por características endógenas dos territórios, isto é, pela dimensão dos aglomerados populacionais, pelo historial de envolvimento da economia social local e pelo relacionamento com a polarização exercida pela Cidade do Funchal, onde se encontra sediada a ETL/GAL.

Nas Parcerias Locais mais periféricas, e com menores dinâmicas sócio-locais, observam-se dificuldades na mobilização de potenciais beneficiários e na capacidade da Parceria Local para elaborar operações viáveis. A correção deste desequilíbrio na capacidade de envolvimento orientada para a efetivação da ELD, nomeadamente ao nível da suscitação e amadurecimento de ideias de projetos elegíveis, não é assegurada pela ETL que não dispõe de instrumentos que promovam um desejável equilíbrio.

4.3. Atividades de animação do GAL- elementos de aplicação da metodologia LEADER

A integração dos parceiros na conceção da estratégia foi efetuada através da aplicação de um modelo participativo que envolveu os seguintes passos:

- i. Reunião de angariação de parceiros locais - Nesta reunião a ETL reuniu com as Casas do Povo da ZI e algumas entidades mobilizadas por estas. Nesta reunião foram determinados os critérios de seleção de inscritos e ainda o funcionamento de cada parceria;
- ii. Reunião de constituição de parcerias e nomeação de representantes - Cada parceiro da ZI reuniu em sede de Assembleia Geral. Nesta reunião foram oficializadas as parcerias e nomeados 2 representantes por parceria para efeito representativo em sede de AGPL;
- iii. Auscultação de parceiros através de inquérito - Esta consulta, agregada por município, visou detetar pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças, com vista à elaboração das análises SWOT por município, da corrente ELD.
- iv. Reunião de auscultação de parceiros, por município - Nesta reunião foram apresentados e analisados os dados referentes à consulta por inquérito e as consequentes análises SWOT.
- v. Envio de atas de reunião de auscultação para aprovação;
- vi. Envio das análises SWOT por município para aprovação;
- vii. Envio da convocatória para a 1ª AGPL;
- viii. Envio da ELD e anexos para consulta e contributos dos parceiros;
- ix. 1ª AGPL a 08 de janeiro de 2016 (ELD aprovada por unanimidade).

Não foi possível analisar as atividades de animação do GAL desenvolvidas pela ETL inicial devido à sua demissão em janeiro de 2017 e à ausência de registos das possíveis atividades desenvolvidas. Assim, na análise predomina o trabalho realizado pela atual ETL ao longo da implementação da ELD, pós-meados de 2017, que engloba as tarefas de encerramento do 1º Aviso lançado em 2016.

A análise aborda os exercícios de animação do GAL/ACAPORAMA em função das 3 tipologias de *stakeholders* que compõem o universo de animação da ELD:

- i. Assegurar o envolvimento dos parceiros na execução da ELD - o envolvimento dos parceiros na execução da ELD foi assegurado por:
 - ✓ 5 sessões de esclarecimento, em cinco Casas do Povo, em 2017 e 7 sessões de esclarecimento, em 7 Casas do Povo em 2018;
 - ✓ 6 atividades de divulgação envolvendo parceiros em 2017, subdivididas entre 2 participações em feiras e 4 sessões de divulgação dos Avisos em 4 Casas do Povo;

- ✓ 11 atividades de divulgação envolvendo parceiros, subdivididos entre 2 participações em feiras, 7 sessões de divulgação em 7 Casas do Povo e 2 formações específicas (Novo Regulamento de Proteção de Dados e Submissão de Pedidos de Pagamento).
- ii. Mobilização da comunidade local - As ações de divulgação descritas no ponto anterior tiveram como mote a mobilização da comunidade local para a ELD, pelo que devem ser considerados, cumulativamente, como indicadores de realização de mobilização. Ademais, foram efetuadas as seguintes ações de mobilização:
 - ✓ 2 publicações num jornal diário da RAM sobre a abertura de avisos em 2018;
- iii. Mobilização de potenciais beneficiários - As sessões de esclarecimento descritas no primeiro ponto são, cumulativamente, ações que visam o envolvimento e esclarecimento de potenciais beneficiários. Foram ainda desenvolvidas as seguintes atividades:
 - ✓ 30 reuniões de esclarecimentos, sendo 20 em fase de pré-projeto, em 2017;
 - ✓ 85 reuniões de esclarecimento, sendo 50 em fase de pré-projeto, em 2018.

De um modo geral, as ações de divulgação/esclarecimento efetuadas nos territórios abrangidos têm tido escassa participação por parte dos parceiros locais e potenciais beneficiários das ações da Sub-medida 19.2. Nos processos envolvendo um relacionamento direto entre os técnicos da ETL e os potenciais beneficiários, através de um contacto telefónico ou por email, têm prevalecido como o modo de contato preferencial do universo de *stakeholders* para acederem a informação relevante.

A estrutura representativa da Parceria Local na GAL/ACAPORAMA cumpre o espírito da metodologia LEADER, tomando o binómio constituído pelas Juntas de Freguesia e Casas do Povo como estruturas representativas dos territórios (poder autárquico e sociedade civil organizada).

A eficácia dessa representação está muito dependente da capacidade dos parceiros locais nos territórios dos concelhos da Zona de Intervenção para dinamizarem e envolverem os membros das respetivas parcerias, a montante e jusante das AGPL. Em concreto, diversos parceiros-chave desta representatividade relataram dificuldades ao nível da afetação de recursos humanos para conduzir localmente com eficácia ações de animação da ELD, para além do âmbito das suas atribuições como representantes da Parceria Local em sede de AGPL.

A estrutura representativa da Parceria Local revela níveis diferenciados de envolvimento nas dinâmicas de implementação da ELD, ocorrendo baixos níveis de participação nas reuniões da AGPL: presença média de 17 parceiros, num universo de 38 entidades representadas na

Parceria Local, nas 7 AGPL realizadas entre 2016 e 2018. Estas dificuldades justificaram mudanças no próprio regulamento de funcionamento das AGPL de forma a assegurar *quorum* para a apreciação dos pontos em análise na Ordem de trabalhos, uma vez que recorrentemente não era possível atingir o limiar dos 50% +1 para funcionamento regular, colocando dificuldades ao funcionamento e prossecução do Plano de Ação da ELD.

4.4. Adequação da programação face à dinâmica de implementação da ELD

A tabela seguinte recorda o exercício de programação financeira inicial da ELD.

Tabela 14 - Distribuição da dotação financeira despesa pública da ELD 2014-2020

Ações Sub-ações	Despesa Pública	
	Montante (€)	%
M19.2 - Apoio à realização de operações ELD	6.131.593,67	100,00
<i>M19.2.1- Atividades não agrícolas em zonas rurais</i>	2575.269,34	
M19.2.1.1- Diversificação de Atividades nas Explorações Agrícolas	849.638,88	33,00
M19.2.1.2 - Criação e desenvolvimento de micro e pequenas empresas	849.838,88	33,0
M19.2.1.3 - Desenvolvimento de Atividades Turísticas	875.591,58	34,00
M19.2.2 - Serviços Básicos para a População Rural (Artigo 20º)	2.146.057,78	35,00
M19.2.2.1-Serviços locais de apoio social, associativo e de tempos livres	751.120,22	35,00
M19.2.2.2 - Valorização do Património Rural	965.726,00	45,00
M19.2.2.4 - Conservação de património local e pequenas infraestruturas de utilização coletiva	429.211,56	20,00
M19.2.3 - Cooperação para o desenvolvimento local (Artigo 35º, C), E) e K))	1.103.686,86	100,00
M19.2.3.1-Apoio a projetos para desenvolvimento e comercialização de serviços turísticos relacionados com o turismo rural	331.106,06	30,00
M19.2.3.2 - Promoção de cadeias de abastecimento curtas e mercados locais e diversificação de atividades agrícolas	331.106,06	30,00
M19.2.3.3-Diversificação das atividades agrícolas em atividades relacionadas com os serviços de saúde, integração social, agricultura apoiada pela comunidade e educação sobre o meio ambiente e alimentos	441.474,74	40,00
M19.2.4-Formação e informação de agentes desenvolvimento local (Art. 14º)	306.579,68	100,00
M19.3.Apoio à Cooperação para o Desenvolvimento Local	577.091,17	100,00
M19.3.1-Cooperação interterritorial e transnacional		
M19.3.1.1-Cooperação nacional interterritorial	173.127,35	30,00
M19.3.1.2-Cooperação Internacional União Europeia	173.127,35	30,00
M19.3.1.3-Cooperação Internacional fora da União Europeia	230.836,64	40,00

Fonte: Base de Dados GAL ACAPORAMA.

As dinâmicas de implementação da ELD, até 31-12-2018, encontram-se consubstanciadas nos resultados dos concursos enquadrados pelos três avisos sobre os quais existem operações aprovadas, e totalizam um compromisso global de 3 545 216,34 €.

**Tabela 15 - Sub-medida 19.2 Apoio à realização de operações no âmbito da ELD,
segundo as Ações e respetiva dotação financeira por Aviso**

Ações	Dotação Financeira (€)			
	Aviso 1	Aviso 2	Aviso 3	Total
<i>Apoio às atividades não agrícolas em zonas rurais</i>				
(i) Diversificação de atividades não agrícolas	200.000	200.000	200.000	600.000
(ii) Criação e reestruturação de negócio em meio rural	200.000	610.000	-	810.000
(iii) Apoio a atividades turísticas	200.000	723.377	-	923.377
<i>Apoio aos serviços básicos para a população rural</i>				
(i) Reforço dos serviços básicos	200.000	-	200.000	400.000
(ii) Recuperação e valorização do património rural	200.000	629.905	305.945	1.134.905
(iii) Infraestruturas coletivas de pequena escala	200.000	400.000	200.000	800.000
<i>Apoio à Cooperação para o Desenvolvimento Local</i>				
	200.000	200.000	200.000	600.000
Total	1.400.000	2.963.283	1.105.945	5.268.282

Fonte: Base de Dados ACAPORAMA.

Entretanto, encontra-se aberto até 28/02/2019 um 4º Aviso com uma dotação financeira global de 1.383.935€, assim distribuída pelas alíneas da Ação 19.2.1- *Apoio às atividades não agrícolas em zonas rurais*:

- (i) Diversificação de atividades não agrícolas 324.919 €;
- (ii) Criação e reestruturação de negócio em meio rural 576.530 €;
- (iii) Apoio a atividades turísticas 482.486 €.

A afetação das dotações financeiras colocadas a concurso no âmbito dos três períodos de candidatura (Aviso 1/2016; Aviso 2/2017; e Aviso 3/2018) num montante global de 5.268.282 €, assim distribuído:

- ✓ Pelas Ações - Apoio às atividades não agrícolas em zonas rurais (44,3%); e Apoio aos serviços básicos para a população rural (44,3%), e Apoio à Cooperação para o Desenvolvimento local (11,4%).
- ✓ Pelas Alíneas das Ações:
 - (i) Diversificação de atividades não agrícolas: 11,4%
 - (ii) Criação e reestruturação de negócio em meio rural 15,4%;
 - (iii) Apoio a atividades turísticas 17,5%;
 - (iv) Reforço dos serviços básicos 7,6%;
 - (v) Recuperação e valorização do património rural 21,6%;
 - (vi) Infraestruturas coletivas de pequena escala 15,2%.

O Apoio à Cooperação (Ação 19.2.3), que representava 11,4% das dotações colocadas a concurso, não teve candidaturas aprovadas cerceando, à partida, a concretização de importantes resultados da ELD.

O maior peso relativo da dotação destinada à recuperação e valorização do património rural enquadra-se no objetivo estratégico/prioridades referentes à valorização do potencial turístico com intervenção a montante em campos de atuação das autarquias locais e instituições privadas sem fins lucrativos, de proteção e valorização do património Rural/Cultural.

Trata-se de domínios temáticos/de prioridade com impacto sobre o território e que, uma vez concretizados, geram condições de envolvente favoráveis ao apoio a atividades turísticas e à criação e reestruturação de negócios, duas áreas/alíneas de intervenção da Ação relativa ao Apoio a Atividades não agrícolas em Zonas Rurais. No conjunto estas beneficiaram de dotações correspondentes a 32,9% do total posto a concurso nos Avisos de 2016 a 2018. Também no Aviso 4/2018 (concurso ainda a decorrer) estas alíneas têm previsto 65% do montante global da dotação a concurso.

As tabelas seguintes sistematizam informação referente às dinâmicas de investimento suscitadas pelos Avisos, em todos eles bastante superiores às dotações financeiras colocadas a concurso e apontando para um volume elevado de projetos anulados, frequentemente por não preencherem requisitos de admissibilidade.

Tabela 16 - Dinâmicas de Investimento proposto em candidatura, por Aviso e segundo os resultados da análise e decisão

Situação	Aviso 01/AC/2016		Aviso 02/AC/2017		Aviso 03/AC/2018	
	Nº	Montante (€)	Nº	Montante (€)	Nº	Montante (€)
Concluído	2	19 825,36 €	2	283 594,72 €	-	0,00 €
Em execução	2	397 951,07 €	8	1 871 080,11 €	-	0,00 €
Aprovado c/ contrato assinado	4	341 986,42 €	5	746 778,73 €	14	1 302 552,61 €
Aprovado s/ contrato assinado	-	0,00 €	3	1 100 808,51 €	5	220 400,25 €
Não aprovado	1	33 475,20 €	-	0,00 €	5	673 445,80 €
Anulado	4	536 549,71 €	3	1 317 782,04 €	-	0,00 €
Desistido	4	0,00 €	2	0,00 €	3	0,00 €

Notas: Duas candidaturas anuladas, referentes ao Aviso 1, não continha formulário de candidatura pelo que não foi possível aferir o investimento proposto. As candidaturas cujos proponentes desistiram não continham coerência na avaliação do investimento proposto devido à interrupção do processo de candidatura.

Fonte: Base de Dados GAL ACAPORAMA.

Em termos globais, o investimento elegível aprovado abrangeu cerca de 69% do investimento proposto em candidatura, o que aponta para o financiamento de um volume expressivo de procura revelada, em sede concursos competitivos. Na Ação 19.2.1 (Apoio às atividades não agrícolas em zonas rurais), este rácio aproximou-se de 73%.

Tabela 17 - Dinâmicas de procura revelada e investimento elegível aprovado, por Ação

Ações da Sub-medida	Investimento proposto		Investimento elegível		FEADER	
	Montante (€)	% total	Montante (€)	% total	Montante(€)	% total
19.2.1	4.082.720	55,6	2.980.195	59,0	1.874.783	59,4
19.2.2	2.904.225	44,00	2.071.784	41,0	1.279.344	40,6
19.2.3	32.895	0,4	-	-	-	-
Total	7.343.926	100,0	5.051.979	100,0	3.154.127	100,0

Fonte: Base de Dados GAL ACAPORAMA.

Em síntese, a abordagem patente na programação dos Avisos afigura-se coerente com a árvore de objetivos/prioridades da ELD e permitiu colocar em contratualização um conjunto de 45 projetos (8 dos quais ainda sem contrato assinado) que deverão contribuir para concretizar os objetivos da ELD e os indicadores de realização e de resultado comprometidos.

4.5. Indicadores financeiros e físicos (níveis de compromisso e de execução)

A GAL/ACAPORAMA apresenta a relação entre compromissos e execução constante da tabela seguinte.

Tabela 18 - Execução dos compromissos assumidos, por Ação da Sub-medida 19.2

Sub-ações	Despesa pública	Apoio Executado		Apoio por executar		Taxa de Execução (%)
	Montante (€)	Montante (€)	% total	Montante (€)	% total	
19.2.1	2.205.627	573.577	79,5	1.632.050	54,4	26,0
19.2.2	1.512.677	147.522	20,5	1.365.155	45,6	9,7
19.2.3	-	-	-	-	-	-
19.2.4	-	-	-	-	-	-
Total	3.718.304	721.099	100,0	2.997.205	100,0	19,4

Fonte: Base de Dados GAL ACAPORAMA.

No final de dezembro de 2018 encontravam-se quatro operações com execução concluídas, 2 referentes ao Aviso 1/AC/2016 (total de 13 877,75 €) e 2 referentes ao Aviso 2/AC/2017 (total de 169 074,31 €).

A tabela seguinte sistematiza a informação relativa aos indicadores de realização das operações com execução concluída.

Tabela 19 - Indicadores de realização dos projetos concluídos

Projetos	Indicadores verificáveis
1 - Projeto FEADER - 20008 - Festa da Amora (freguesia de Gaula - Santa Cruz)	População rural abrangida: 100% - 4.028 3 seminários de formação 1 concurso de doçaria 10 produtores envolvidos a promover os produtos
2 - Projeto FEADER 20016 - Festa da Castanha (Freguesia do Curral das Freiras - Câmara de Lobos)	População rural abrangida: 100% - 2001 Nº de ações de divulgação: 3 Nº de colóquios: 2 (promoção) 1 cortejo com 300 figurantes e 2 carros alegóricos
3 - Projeto FEADER 20034 - Festa do Peixe Espada Preto (freguesia de Câmara de Lobos - Câmara de Lobos)	População rural abrangida: 100% - 17986 100 Participantes diretos e 60 indiretos 5 Parceiros (restaurantes) protocolados 1 roteiro temático
4- Projeto FEADER 20040 - Pastelaria dos Reis Magos (Caniço - Santa Cruz)	7 postos de trabalho criados (15 400 UTA)

Fonte: Base de Dados ACAPORAMA.

Dado o escasso número de operações concluídas, em comparação com os 47 projetos aprovados até o Aviso 3, justifica-se uma análise aos indicadores de realização das operações com aprovação, salvaguardando o carácter previsional e o seu enquadramento nos horizontes de projeto. Esta análise está refletida na tabela seguinte.

Tabela 20 - Indicadores de realização e resultado dos projetos aprovados no horizonte de projeto

Ação	Indicadores de realização e resultado	
19.2.1	R24 - Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	27
	Energias renováveis - nº de equipamentos	23
	Volume de negócios (Valores acumulados)	1 704 465,28 €
19.2.2	R.23 - Percentagem da população rural que beneficia de serviços/infraestruturas aperfeiçoados	88,48 %
	Acompanhamento a idosos, jovens, portadores de deficiência e grupos de risco	2.378
	Alargamento das TIC	1
	Atividades de sensibilização ambiental	4
	Atividades pedagógicas e de lazer	100
	Centros de informação e sinalização de locais turísticos	1
	Criação de postos de trabalho	2
	Crianças apoiadas pelos serviços	70
	Número de ações - ambiente WEB	1
	Número de ações - Colóquios e congressos	13
	Número de ações - publicações	10
	Número de publicações	6.000 cópias
	População local abrangida (valores acumulados)	121.323
	População servida pelas infraestruturas (valores acumulados)	28.553
População servida pelos serviços itinerantes	5.410	
Rotas temáticas, percursos e sinalética	3	

Fonte: Base de Dados GAL ACAPORAMA.

Comparando a ELD 2014-2020, com uma dotação orçamental de 6.131.593,67€ para o conjunto da Sub-medida 19.2, com a ELD 2007-2013, com uma dotação de 2.764.822,21€ e uma execução de 2.763.630.31€, para a Medida 3, verificamos um aumento significativo da dotação disponível. Este aumento explica-se, maioritariamente, pela expansão da Zona de Intervenção (ZI) do GAL/ACAPORAMA na corrente ELD, passando a incluir as freguesias mais populosas dos concelhos aderentes, isto é, as freguesias de Câmara de Lobos e Estreito de Câmara de Lobos, no concelho de Câmara de Lobos, as freguesias de Santa Cruz e Caniço, no concelho de Santa Cruz e a freguesia de Machico, no concelho de Machico. Esta expansão ditou um aumento da população potencialmente abrangida em 70 103 habitantes e da área da ZI em 70,13 Km².

Tabela 21 - Análise comparativa à despesa comprometida na ELD 2007-2013 e ELD 2014-2020

		ELD 2007-2013	ELD 2014-2020
	População	Despesa pública comprometida	Despesa pública comprometida
Antiga ZI	35.879	2.763.630,31 €	1.913.752,62 €
Novas freguesias da ZI atual	70.103	-----	1.804.551,67 €

Fonte: Base de Dados ACAPORAMA e ELD 2007-2013.

A análise da despesa comprometida até o Aviso 3 evidencia que a ZI da ELD 2007-2013, designada como antiga ZI na tabela em cima, apresenta um comprometimento de 69,25% da verba executada no quadro anterior. Tomando em consideração a dotação ainda por comprometer (2.413.289,38€), correspondente a 39,36% da dotação inicial para a corrente ELD, justifica-se fazer o exercício previsional refletido na tabela seguinte.

Tabela 22 - Exercício previsional para a despesa programada na ELD 2014-2020

	Despesa pública comprometida		Despesa pública por comprometer	Potencial de compromisso mantendo a repartição atual
	Valor	Repartição (%)		
Antiga ZI	1.913.752,62 €	51,47	2.413.289,38 €	3.155.834,63 €
Novas freguesias da ZI atual	1.804.551,67 €	48,53		2.975.759,04 €

Fonte: Base de Dados ACAPORAMA.

A análise da tabela anterior permite-nos verificar que, mantendo-se a repartição de compromisso atual entre a antiga ZI e as novas freguesias da ZI atual, a antiga ZI viu a despesa pública, potencialmente, aumentada em 392.204,32€.

A despesa pública comprometida por habitante, *proxy* do grau de cobertura dos apoios, indica-nos um predomínio significativo das freguesias mais rurais (53,33€/hab), pertencentes à anterior ZI, sobre as freguesias mais populosas (17,03€/hab), pertencentes à nova ZI.

5. QUESTÕES DE AVALIAÇÃO

No essencial do trabalho realizado no âmbito da Avaliação Intercalar, a resposta às Questões de Avaliação formuladas no Roteiro das Autoridades de Gestão (apoiado nas Orientações Comuns da Federação Minha Terra) assenta na sistematização de elementos de avaliação processados nas Seções 3 e 4 deste Relatório e tem presente as *Questões de avaliação*, os *Critérios de avaliação* e os *Indicadores* constantes dos Anexos I, II e III daquele Roteiro.

5.1. Questões de avaliação relativas às operações relacionadas com os objetivos das operações e com os domínios das prioridades do desenvolvimento rural

QA5. Em que medida contribuiu o apoio à promoção de produtos de qualidade locais para os objetivos da ELD?

↪ *Sistematização de elementos de análise, segundo os Critérios de avaliação*

- As oportunidades de emprego foram criadas através de estratégias de desenvolvimento local - Entre os projetos aprovados até 31/12/2018 encontra-se um projeto que registou a criação de sete postos de trabalho (à data da Avaliação a empresa já tem nove pessoas o serviço). Todavia, não existe criação de emprego na generalidade dos projetos aprovados, sobretudo pela natureza das operações - tipo apoiadas que não motivam ajustamentos de pessoal ao serviço nem a criação de novas empresas. Em rigor pode referir-se a criação de oportunidades de investimento futuro em atividades a jusante dos objetivos das operações apoiadas (p.ex. aproveitamento económico resultante da recuperação/ valorização do património cultural e natural).
- O preço final dos produtos agrícolas dos produtores primários (PP) aumentou; O valor acrescentado dos produtos agrícolas dos PP aumentou - O leque de projetos aprovados não tem expressão na produção agrícola.
- Os produtos de qualidade certificada/produtos locais foram promovidos - A realização de feiras temáticas (cereja e ginja, maçã, castanha, mel,...) e as mostras gastronómicas em freguesias da Zona de Intervenção apoiadas pela ELD contribuiu para a promoção dos produtos locais e terá estimulado os produtores a manter a atividade e a explorar oportunidades de investimento nas suas explorações.

↪ *Indicadores*

- Número de empregos criados através de projetos LEADER apoiados - 7, no âmbito de um projeto.
- Variação das receitas das entidades apoiadas - sem informação.

QA8. Em que medida os apoios ao empreendedorismo e à criação de emprego em sectores como o comércio, a indústria, restauração e turismo contribuíram para os objetivos da ELD?

↪ *Sistematização de elementos de análise, segundo os Critérios de avaliação*

- Distribuição das oportunidades de emprego nos setores elegíveis. A ELD contempla objetivos estratégicos relativo ao Empreendedorismo e à criação de emprego, através da inovação e da promoção de emprego. Todavia, a pequena escala das entidades beneficiárias e das operações apoiadas não teve resultados em matéria de emprego e de inovação e empreendedorismo, no sentido tradicional destas intervenções. As oportunidades potenciais de criação de emprego estão concentradas no alojamento TER e na restauração e similares.

QA10. Em que medida os apoios contribuíram para a inclusão ativa (promoção da igualdade de oportunidades, participação ativa e melhoria da empregabilidade)?

↪ *Sistematização de elementos de análise, segundo os Critérios de avaliação*

- As oportunidades de emprego foram criadas na sequência de medidas de inclusão ativa. No âmbito dos Avisos abertos foram aprovados projetos no domínio formativo- e educativo ligados a medidas de combate à exclusão social, à promoção do sucesso educativo e à integração social de crianças em frequências pré-escolar e 1º ciclo, à formação em regime laboral e pós-laboral e ao acesso a formações não formais.

Estas são as intervenções que intercetam a problemática de inclusão ativa, n quadro da ELD. A dimensão oportunidades de emprego constitui um impacto muito indireto.

↪ *Indicadores*

- Número de participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação em ações de trabalho socialmente necessário -(Não aplicável).

QA11. Em que medida os apoios contribuíram para promover a valorização do património cultural e natural, afirmando a região como destino turístico de excelência?

↪ *Sistematização de elementos de análise, segundo os Critérios de avaliação*

- O turismo no território sofreu um incremento decorrente dos apoios. Os projetos aprovados no domínio da valorização do património cultural e natural (incluindo

operações de recuperação de património rural), bem como projetos de eventos, mostras gastronómicas e de produtos locais têm contribuído para o enriquecimento do produto turístico madeirense. As dimensões de contributo situam-se no patamar do alargamento territorial dos recursos do Cluster Turismo/Lazer, incluindo o aumento da oferta de alojamento hoteleiro e da restauração, em meio rural.

↪ *Indicadores*

- Incremento do número de dormidas em unidades turísticas apoiadas - Não foi possível estimar a parte do aumento do volume de dormidas ocorrido que possa ser associado a operações apoiadas pela ELD.

QA12. Em que medida os apoios contribuíram para a os objetivos da política de educação de âmbito regional (promoção do sucesso educativo e prevenção do abandono escolar?)

↪ *Sistematização de elementos de análise, segundo os Critérios de avaliação*

- Evolução do abandono escolar. Este fenómeno tem vindo a atenuar-se na Região Autónoma da Madeira, fruto de medidas de apoio ao reforço da frequência e conclusão da escolaridade obrigatória e à expansão de modalidades de formação orientadas para reduzir o insucesso e o abandono precoce. Os projetos no domínio formativo-educativo ligados a medidas de combate à exclusão social, à promoção do sucesso educativo e à integração social de crianças em frequências pré-escolar e de 1º ciclo, à formação em regime laboral e pós-laboral e ao acesso a formações não formais, têm contribuições potenciais locais (freguesias de Câmara de Lobos) importantes e traduzem um envolvimento/associação da ELD a um objetivo das políticas públicas regionais de educação.

↪ *Indicadores*

- Alunos abrangidos em iniciativas de prevenção do abandono escolar - Não registado

5.2. Questões de avaliação relativas à execução da ELD

QA1 Em que medida a cooperação contribuiu para ampliar o impacto da ELD no território?

Até 31/12/2018, não houve promoção de projetos neste importante domínio e ferramenta da abordagem LEADER e da qualificação das intervenções da ETL do GAL, única entidade beneficiária da Sub-medida 19.3. No âmbito da Ação Cooperação Nacional e Interterritorial, a

ELD manifestou a intenção de criar um organismo para impulsionar e aumentar a promoção dos territórios da Zona de Intervenção no exterior (identidades, produtos, tradições e cultura) através da participação conjunta em feiras, congressos, seminários, mostras de produtos locais”. Em idêntico sentido, na vertente da Cooperação Internacional foi identificado o projeto de “criação da marca regional e instalação de lojas de venda”.

A inexistência de operações aprovadas nas várias tipologias de projeto da Cooperação não favorece a criação de mais valias para o território, nomeadamente as relativas à valorização dos produtos locais, à promoção do território e à captação de nichos de mercados.

QA2. Em que medida o apoio aos custos de funcionamento e animação contribuiu para a implementação da ELD no território?

↪ *Sistematização de elementos de análise, segundo os Critérios de avaliação*

- O apoio ao funcionamento e animação contribuiu para a execução da ELD. No entender da Avaliação, o sobrepeso das tarefas administrativas na gestão da ELD (que tenderão a acentuar-se com a chegada regular de dossiers para análise de reembolsos e dossiers de saldo) não proporciona condições para estruturar uma função animação indispensável à suscitação da procura esclarecida de apoios. Esta abordagem de animação induziria a apresentação de projetos com componentes de investimento mais inovadoras e robustas, com reflexos nas dinâmicas e qualidade de execução da ELD.
- Os potenciais beneficiários foram informados sobre a elaboração dos processos de candidatura. A realização de um número apreciável de sessões de esclarecimento da Sub-medida 19.2 (fase pré-projecto) contribuiu para informar os potenciais beneficiários acerca dos procedimentos de organização de Dossiers de candidatura.

↪ *Indicadores*

- Número de ações de divulgação e promoção (realização): (i) em 2017, foram realizadas 6 atividades de divulgação da ELD (Participação em 2 feiras e 4 seções de divulgação dos avisos em Casas do Povo da ZI); e (ii) em 2018, foram realizadas 11 atividades de divulgação da ELD (Participação em 2 feiras, 7 seções de divulgação dos Avisos em Casas do Povo da ZI e 2 formações, nomeadamente sobre a submissão de Pedidos de pagamento).

QA3. Em que medida a execução da ELD contribuiu para o reforço da governança local?

↪ *Sistematização de elementos de análise, segundo os Critérios de avaliação*

- O leque de entidades envolvidas na execução dos projetos foi alargado. A repartição dos projetos aprovados, segundo a natureza das entidades promotoras indica uma acentuada concentração nas autarquias, IPSS e Casas do Povo que repercute o alargamento da Zona de Intervenção a freguesias com um leque de promotores com maior capacidade de projeto e de realização. Aliás, este aspeto influencia também uma presença com relevo das empresas enquanto entidades beneficiárias com operações aprovadas.
- A capacidade de criar parcerias de gestão cooperativa aumentou. A ELD teve dificuldade em enquadrar projetos promovidos em parceria, sendo de referir a anulação de duas candidaturas apresentadas por entidades publicas e empresas com expressão no Cluster do Turismo/Lazer e Serviços especializados.

↪ *Indicadores*

- Número e tipo de promotores dos projetos desagregado por tipologia: 34 promotores subdivididos em 7 ONG, 14 entidades públicas e 13 PME, sendo 15 pertencentes à Parceria do GAL e 14 com representação em sede de AGPL;
- Número de GAL envolvidos em projetos de cooperação (realização) - (-).
- Número de Parceiros presentes nas Assembleias Gerais do GAL e /ou Número de reuniões e outras sessões de trabalho -75/125.

5.3. Questão de avaliação relativa aos objetivos da política do território

QA1. Em que medida o modelo de governação e a implementação da ELD contribui para a coerência e pertinência dos seus objetivos a nível local?

↪ *Sistematização de elementos de análise, segundo os Critérios de avaliação*

- A ELD promoveu a gestão sustentável do território valorizando os recursos endógenos e fortalecendo laços de identidade local. A arquitetura de objetos estratégicos da ELD promove uma articulação potencial forte entre intervenções nos domínios temáticos da proteção e valorização do ambiente e do ordenamento do território e do potencial cultural e de lazer. Trata-se de domínios de projeto orientados para “valorizar o equilíbrio ecológico e paisagístico do meio natural”. Paralelamente, têm sido aprovadas operações de recuperação de patrimónios rural e religioso, a par de eventos e festividades que contribuem para o reforço das identidades locais com componentes ligadas ao enriquecimento do produto turístico, assim, expressando níveis de articulação de objetos estratégicos.

- A ELD obteve reconhecimento no território da sua área de abrangência. A avaliação registou níveis de reconhecimento elevado por parte dos parceiros municipais (entidades que constituem “proxy” de visões mais integradoras da dimensão territorial) os quais apreciam muito positivamente os contributos potenciais para a valorização do potencial turístico e dos produtos agrícolas locais, bem como a recuperação de património, criando condições para iniciativas de aproveitamento económico posteriores.
- A ELD teve impacto direto ou indireto no território. Com os níveis reduzidos de execução de projetos à data de 31/12/2018 e a inexistência de indicadores de resultado verificáveis, afigura-se prematuro abordar este critério de avaliação.

↪ *Indicadores*

- Nº de projetos apoiados (realização) - 45 projetos aprovados, 4 dos quais concluídos, 10 em execução, 23 com contrato assinado e 8 aprovados sem contrato assinado.
- Nível de conhecimento da população - reduzido, não foram realizados inquéritos com objetivo de estimar com mais rigor os níveis de conhecimento.
- Nº de objetivos articulados - 2
- Nº de parceiros (públicos, privados e associativos e de diferentes níveis regionais) comuns - (-).
- Nº de iniciativas concertadas - (-).

5.4. Questões de avaliação relativas ao mecanismo de execução da ELD e ao valor acrescentado da abordagem LEADER

QA1. Em que medida contribui a Animação para melhores resultados na implementação da ELD?

O GAL ACAPORAMA desenvolveu uma metodologia de integração dos parceiros na conceção da ELD sucintamente descrita no Dossier de Candidatura a qual abrangeu os passos seguintes:

- Reunião de angariação de Parceiros Locais dinamizada pela ETL (sensibilização para o envolvimento e para as responsabilidades na tomada de decisão);
- Reunião de constituição de Parcerias Locais e nomeação de representantes;

- Auscultação de parceiros através de inquérito (Análise SWOT do Território da Zona de Intervenção);
- Auscultação de parceiros por Município - ETL e Consultor;
- Auscultação de parceiros para validação de Análise SWOT por concelho de Zona de Intervenção;
- Realização de AGPL para aprovação da ELD (Janeiro de 2016).

Na fase de conceção da ELD o GAL da ACAPORAMA procurou, assim, assegurar a participação dos parceiros relevantes da Zona de Intervenção no Diagnóstico e no desenho de prioridades de desenvolvimento rural local.

De acordo com a apreciação efetuada, as ações de divulgação realizadas nos períodos de abertura dos Avisos tiveram participação escassa por parte dos parceiros locais e potenciais beneficiários das Ações da Sub-medida 19.2; em idêntico sentido, constata-se a ocorrência de baixos índices de participação nas reuniões das AGPL realizadas em 2017 e 2018.

Em síntese, e segundo os critérios de avaliação recomendados:

- foi assegurada a participação dos parceiros relevantes na definição do processo de desenvolvimento local;
- foi assegurada a mobilização da comunidade local de forma limitada;
- não foi assegurada a capacitação beneficiários e potenciais beneficiários;
- não foi assegurada satisfatoriamente a integração da inovação na implementação da ELD;
- não foi assegurado o trabalho em rede entre atores de desenvolvimento local;
- não foi assegurada a cooperação entre atores do desenvolvimento Rural.

Relativamente aos *principais indicadores de realização*, salienta-se os seguintes:

- N.º e diversidade de parceiros do GAL-125, com a seguinte distribuição: Autarquias Locais (11,2%); outras entidades publicas (0,3%); instituições privadas sem fins lucrativos (47,2%); empresas (16,8%); e pessoas individuais (22,4%).
- N.º de reuniões com os parceiros -4, na fase de conceção, e 16, na fase de implementação;
- N.º de atividades que envolveram os parceiros - 5, em 2017 e 11, em 2018;
- N.º de atividades de divulgação da ELD/ sessões de esclarecimento -7, em 2017 e 11, em 2018;

- N.º de atendimentos pré-projecto (a beneficiários e potenciais beneficiários e a consultores) - 20, em 2017, e 50, em 2018;
- Nº de Concursos/Avisos Abertos - 3 concluídos e 1 aberto;
- N.º projetos apoiados com carácter inovador - 3;
- N.º projetos piloto apoiados - 4;
- N.º e tipo de atividades de apoio aos promotores de projetos - 1 sessão de formação de preparação e submissão de pedidos de pagamento; e 10 reuniões de apoio de apoio à submissão de pedidos de pagamento;
- N.º de atividades de divulgação dos produtos/serviços dos projetos apoiados (encontros, feiras, festas temáticas; mostras de produtos locais; ...) - 6 atividades, em 2017, e 11, em 2018;
- N.º e tipo de redes em que o GAL participa - O GAL ACAPORAMA é parceiro da Federação Minha Terra (57 GAL parceiros a nível nacional); desde 2018, participa nas reuniões de coordenadores.

QA2. Em que medida a execução da Estratégia através da abordagem LEADER conseguiu gerar valor acrescentado?

Na fase atual de implementação da Estratégia (reportada a 31/12/2018) o balanço existente dos mecanismos de execução da ELD aponta para algumas limitações do trabalho realizado na ótica da abordagem LEADER, para as quais contribuíram:

- a necessidade de reestruturação completa da ETL, praticamente na fase inicial da implementação;
- a omnipresença das funções administrativas no “core de tarefas” asseguradas pela ETL que retiraram disponibilidade real para um trabalho tecnicamente ajustado ao perfil de necessidades dos promotores/beneficiários-tipo da Zona de Intervenção trabalho que poderia, p.ex., suscitar a apresentação de projetos inovadores e de um número mais elevado de projetos económico-produtivos que contribuíssem mais decididamente para a concretização de objetivos primários da ELD.

6. OUTRAS AVALIAÇÕES

Nesta secção sistematizam-se breves notas acerca da problemática da avaliação em Domínios que podem interferir positivamente com a abordagem LEADER:

- ✓ **Avaliação contínua do PRODERAM 2020.** O Relatório correspondente a 2017 acolhe breves elementos de resposta às Questões de Avaliação: (i) QA16 - Em que medida as intervenções do PRODERAM apoiaram a diversificação, a criação e o desenvolvimento de pequenas empresas e a criação de emprego? (Domínio de incidência 6A); e (ii) QA17 - Em que medida as intervenções do PRODERAM apoiaram o Desenvolvimento local nas zonas rurais? (Domínio de incidência 6B).

O Relatório de Avaliação (final do 1º trimestre de 2018) constata o reduzido número de projetos aprovados parte dos quais em Ações da Sub-medida 19 que não contribuem para a diversificação a criação e o desenvolvimento de pequenas empresas e a criação de emprego em meio rural. O Relatório desloca as expectativas de resultados para quando e estiverem em execução as candidaturas em Ações que contribuem de forma direta para os Domínios de incidência e, em concreto, para os objetivos mencionados. Observa-se, assim, que não ocorreram contributos para aqueles objetivos, fruto do atraso na implementação da abordagem LEADER, sendo recomendado pelo Avaliador

- que haja uma atenção particular da AG PODERAM para a rápida implementação da abordagem LEADER, sob pena que esta não venha a gerar os impactos esperados;
 - que sejam reconhecidos à Ação 19.2.1 contributos diretos em matéria de diversificação e criação/desenvolvimento de pequenas empresas;
 - que todos os projetos da Sub-medida 19.2 sejam considerados como tendo contribuído direto para a criação de emprego;
 - que o sistema de informação permita a recolha dos elementos necessários ao cálculo dos indicadores de resultado.
- ✓ Na ótica da **Identificação de Avaliações temáticas**, importaria considerar a realização de uma *Avaliação das Condições de dinamização e dos Impactos de Sistemas de incentivos no apoio à diversificação de atividades económicas, à criação e desenvolvimento de micro empresas e à criação de emprego em zonas rurais.*

Esta Avaliação, a realizar por iniciativa conjunta das Autoridades de Gestão do Madeira 14-20 e do PRODERAM 2020, deveria combinar elementos específicos que contribuíssem para analisar e compreender em profundidade os requisitos de suscitação da procura/promoção de

iniciativas, as elegibilidades mais ajustadas à natureza dos promotores e às condições de envolvente territorial e outras que tendem a condicionar/favorecer a produção de resultados e efeitos de projetos de investimento nas zonas rurais.

Cofinanciado por:



7. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

7.1. *Análise dos fatores de sucesso e insucesso da ELD*

De acordo com a análise efetuada nas seções 3 e 4 do Relatório Intercalar da ELD da Zona de Intervenção constituída pelos concelhos de Câmara de Lobos, Santa Cruz, Machico e Porto Santo, os principais contributos dos projetos aprovados no âmbito dos 3 Avisos que colocaram a concurso dotações financeiras no montante de 5.268.282 Euros remetem com maior segurança para os domínios seguintes:

- Consolidação de vertentes de diversificação do produto turístico madeirense, em concelhos da envolvente próxima do Funchal e no Porto Santo;
- Diversificação e Qualificação de atividades tradicionais da economia rural, sobretudo nas produções alimentares (frutas e derivados, vinho, ...);
- Proteção e valorização do património natural, com componentes associadas ao uso e fruição turística;
- Dinamização de projetos nas esferas social e educacional e formativa, com aproximações inovadoras a problemas de integração social de populações vulneráveis, potenciando respostas a freguesias de matriz urbana que passaram a integrar a Zona de Intervenção do GAL ACAPORAMA.

A cobertura territorial das freguesias da Zona de Intervenção reflete os elementos de dinamismo do capital socioeconómico pré-existente, acrescentado em resultado do alargamento a freguesias onde preponderam entidades beneficiárias (sobretudo, públicas) dotadas de maior capacidade de iniciativa de projeto e de organização mais qualificada de candidaturas em áreas de intervenção tradicional das autarquias que procuram responder a necessidades sociais das populações.

Não obstante, a análise efetuada indica-nos que a Zona de Intervenção composta pelo território que era abrangido pela anterior ELD (predominam as freguesias mais rurais dos concelhos abrangidos, têm um volume de despesa pública aprovada bastante próximo do conjunto das freguesias mais urbanas que passaram a integrar a ZI da corrente ELD. Esta constatação vem atenuar receios manifestados por alguns parceiros entrevistados, mostrando efetivamente que o alargamento da ZI tem vindo a beneficiar as freguesias mais rurais, quando comparado com a despesa pública comprometida na anterior ELD e tendo em consideração o montante ainda passível de comprometer nesta ELD, ou seja, não se constata uma absorção desequilibrada de recursos por parte das freguesias mais populosas e com maior capital socioeconómico.

Todavia, observa-se também a existência de iniciativas de projeto de base económico-empresarial em torno das potencialidades de valorização de recursos endógenos, bem como de oportunidades de mercado criadas pelas dinâmicas de recuperação pós-crise económica, dentro das prioridades e domínios temáticos comportados no “core” dos objetivos estratégicos da ELD.

Na repartição das dotações financeiras colocadas a concurso até final de Dezembro de 2018, destaca-se o maior peso relativo da dotação destinada à recuperação e valorização do património rural a qual se enquadra no objetivo estratégico referente à valorização do potencial turístico com intervenção a montante em campos de atuação das autarquias locais e instituições privadas sem fins lucrativos, de proteção e valorização do património rural/cultural.

Trata-se de domínios temáticos/de prioridade com impacto sobre o território e que, uma vez concretizados, deverão gerar condições de envolvente favoráveis ao apoio a atividades turísticas e à criação e reestruturação de negócios, duas áreas/tipologias de operação da Ação relativa ao Apoio a Atividades não agrícolas em zonas rurais.

Em matéria de gestão, o trabalho desenvolvido pela Equipa Técnica Local, sobretudo após a sua reestruturação interna ocorrida durante o 1º semestre de 2017, tem respondido positivamente ao conjunto de responsabilidades que decorrem das competências que o Modelo de Gestão lhe atribui sendo de destacar a melhoria acentuada dos tempos médios de aprovação e contratualização de Pedidos de Apoio entre o 1.º e o 3.º Aviso (com aumento de volume de candidaturas) e o acompanhamento proporcionado às Entidades beneficiárias.

Esta avaliação positiva está presente na apreciação das entidades beneficiárias que (em Inquérito de Satisfação conduzido pelo GAL) salientaram as competências e disponibilidades dos profissionais da ETL e a qualidade global do atendimento, em apoio aos beneficiários.

O funcionamento das Parcerias Locais tem-se relevado insatisfatório não potenciando a proximidade aos territórios e à diversidade de beneficiários e grupo-alvo da Zona de Intervenção, nomeadamente não exercendo uma função de “antena da Entidade Gestora/ETL no Território” que seria útil na divulgação da natureza dos objetivos e apoios da ELD e, sobretudo, na suscitação de oportunidades e iniciativas de projeto e de investimento à escala local. Estes elementos são absolutamente indispensáveis para concretizar objetivos estruturantes da abordagem LEADER visando apoiar diferentes grupos-alvo nos territórios rurais da Zona de Intervenção.

A trajetória de execução dos projetos aprovados, sobretudo no âmbito dos 1.º e 2.º Avisos (2016 e 2017) situa-se aquém do desejável com reduzidas dinâmicas de realização de despesa, embora no último trimestre de 2018 se tenha registado alguma melhoria, fruto das diligências da ETL e da Autoridade de Gestão. Trata-se de uma vertente de gestão em que se afigura indispensável sensibilizar os beneficiários para a realização dos investimentos aprovados confrontando-os com os compromissos e termos de contratualização das ajudas.

O eventual cancelamento de projetos poderia, entretanto, contribuir para criar condições de reforço das dotações financeiras a colocar a concurso em futuros Avisos.

7.2. Recomendações

A Avaliação Intercalar não identifica desvios significativos na trajetória de contribuições potenciais para os objetivos estratégicos da ELD, nem sinaliza a existência de problemas ou constrangimentos em matéria de gestão.

No entanto, entende-se existir um conjunto de atuações recomendáveis que poderão contribuir para melhorar as condições de eficácia e eficiência da implementação da ELD, para concretizar aspetos-chave da Abordagem LEADER e para ampliar os resultados e efeitos da Estratégia no território da Zona de Intervenção.

Entre as oportunidades de melhoria identificáveis, salientamos as seguintes:

- Dinamizar os Desafios enunciados no Relatório de Atividades e Contas de 2017 do GAL ACAPORAMA, nomeadamente as apostas em Vetores motores do desenvolvimento local e na Promoção e concretização das potencialidades de exploração e produção de recursos endógenos locais.
- Melhorar as dinâmicas de implementação da ELD estimulando o envolvimento dos parceiros locais pela sua proximidade ao território e concretizando gradualmente os princípios da abordagem LEADER na Zona de Intervenção.
- Dinamizar os níveis de execução dos projetos aprovados através de contactos regulares de acompanhamento por parte da Equipa Técnica Local e implicando também os consultores no apoio às entidades beneficiárias.
- Promover iniciativas de capacitação dos agentes locais (incluindo entidades parceiras do GAL da ACAPORAMA) em domínios relacionados com a abordagem LEADER, o conhecimento da filosofia e prática dos apoios e a identificação de oportunidades de intervenção e valorização de recursos endógenos.
- Usar a fase de preparação de futuros Avisos para gerar dinâmica nos territórios de modo a atenuar a concentração atual dos apoios em concelhos com capital social local

mais elevado (Câmara de Lobos e Santa Cruz), através da mobilização e envolvimento de entidades parceiras e da suscitação de oportunidades de apoio a iniciativas em áreas temáticas que poderão desempenhar um papel motor para concretizar objetivos estratégicos da ELD.

- Integrar a representação do Município de Santa Cruz na Assembleia Geral das Parcerias Locais.
- Aperfeiçoar o modelo organizacional, nomeadamente nas vertentes relativas ao funcionamento da Assembleias Gerais das Parcerias Locais evoluindo de relações não efetivas (atualmente predominantes e refletindo mesmo situações de desconhecimento de normas básicas de funcionamento da Parceria) para uma participação interveniente.
- Alargar, a prazo, a Parceria mobilizando a participação de outras entidades da Zona de Intervenção e fora dela (como parceiros estratégicos) centrada na incorporação de mais valias temáticas face aos objetivos estratégicos do DLBC Rural (p.ex., ACIF- Mesa do Turismo, ARDITI, AREAM, Grupos económicos da Hotelaria e Restauração com interesses no Cluster Turismo-lazer e Empresas agro-alimentares).
- Constituir uma rede de antigos promotores de projetos apoiados pelo GAL ACAPORAMA que permaneçam em atividade e possam contribuir para o sucesso dos seus projetos como animadores socio-económicos dos territórios rurais da Zona de Intervenção.
- Harmonizar as competências dos consultores através da constituição de um referencial de acreditação, dotado de uma componente formativa e avaliativa.
- Constituir e divulgar uma bolsa de consultores acreditados, de forma a potenciar as condições de intervenção de novos beneficiários e garantir a qualidade das operações em candidatura.
- Renovar os métodos e práticas de divulgação das atividades do GAL ACAPORAMA e dos Avisos usando espaços nobres dos Municípios para as sessões abertas a promotores e à população da Zona de Intervenção.
- Trabalhar junto dos promotores potenciais de projeto na sequência de festas e eventos de promoção dos produtos locais (frutos, gastronomia, festividades identitárias - religiosas e outras), no sentido de orientarem a apresentação de candidaturas para a valorização de recursos e produções com impacto na atividade económica das freguesias rurais e constituindo um elemento-chave de dinamização das mesmas.

ANEXOS

1. Composição da Parceria

Lista de Parceiros do GAL ACAPORAMA

Concelho	Freguesia	Entidade parceira	Tipo de entidade	
Porto Santo	Porto Santo	Casa do Povo do Porto Santo / Nossa Senhora da Piedade	Privada sem fins lucrativos	
		Associação de Caçadores do Porto Santo	Privada sem fins lucrativos	
		Junta de Freguesia do Porto Santo	Autarquia Local	
		Associação Comercial e Industrial do Porto Santo	Privada sem fins lucrativos	
		José Carlos Dias	Individual	
		Emanuel Oliveira Neves	Individual	
Machico	Água de Pena	Paróquia de Água de Pena	Privada sem fins lucrativos	
		Ervas e Legumes	Empresa	
		Padaria Espigão	Empresa	
		ADRAP Associação Desportiva e Recreativa Água de Pena	Privada sem fins lucrativos	
		Alves de Barros	Empresa	
		Luís Samuel Alves Caldeira	Individual	
	Machico	Machico	Casa do Povo de Água de Pena	Privada sem fins lucrativos
			Banda Municipal de Machico	Privada sem fins lucrativos
			Associação Grupo Coral de Machico	Privada sem fins lucrativos
			Paula Bottier	Empresa
			Grupo de Folclore de Machico	Privada sem fins lucrativos
			1419-Associação de Desenvolvimento Integrado de Machico	Privada sem fins lucrativos
			Agostinho Jerónimo Mendonça Freitas	Individual
			Maria do Rosário Gomes Vieira Canada	Individual
			Ludens Clube de Machico	Privada sem fins lucrativos
			Casa do Povo de Machico	Privada sem fins lucrativos
	Porto da Cruz	Porto da Cruz	Casa do Povo do Porto da Cruz	Privada sem fins lucrativos
			Museu Engenho Velho	Empresa
			Escola Básica do Porto da Cruz	Pública
			Associação Grupo Coral Flores de Maio	Privada sem fins lucrativos
			Associação Desportiva do Porto da Cruz	Privada sem fins lucrativos
			Nenufarmaravilha, Lda	Empresa
			Freguesia Santo António da Serra	Autarquia Local
			João de Gouveia & Filhos, Lda	Empresa
	Santo António da Serra	Santo António da Serra	Casa do Povo Santo António da Serra	Privada sem fins lucrativos
			Casa do Povo do Caniçal	Privada sem fins lucrativos
			Junta de Freguesia do Caniçal	Autarquia Local
			Débora Marina da Silva Nunes	Individual
			Alcinda Moreira dos Santos	Individual
			Wildimpact - Produções, Lda	Empresa
			TSM -Perfurações e Sondagens subaquáticas da Madeira	Empresa
			Grupo de Folclore da Casa do Povo do Caniçal	Privada sem fins lucrativos
	Santa Cruz	Camacha	Banda Paroquial de São Lourenço	Privada sem fins lucrativos
ADESCA Associação de Desenvolvimento Social e Cultural da Camacha			Privada sem fins lucrativos	
Associação Grupo de Romarias Antigas do Rochão			Privada sem fins lucrativos	
Casa do Povo da Camacha			Privada sem fins lucrativos	

**Preparação e Realização da Avaliação de 2019
- Relatório Final -**

Concelho	Freguesia	Entidade parceira	Tipo de entidade	
		Grupo de Folclore do Rochão	Privada sem fins lucrativos	
		Associação Cultural e Recreativa da Camacha	Privada sem fins lucrativos	
		Associação Grupo de Romarias e Tradições	Privada sem fins lucrativos	
		Magda Maria Duarte Rodrigues	Individual	
		Associação Desportiva da Camacha	Privada sem fins lucrativos	
		Junta de Freguesia da Camacha	Autarquia Local	
		Paróquia da Camacha	Privada sem fins lucrativos	
	Caniço	Casa do Povo do Caniço	Privada sem fins lucrativos	
		Junta de Freguesia do Caniço	Autarquia Local	
		Farmácia do Caniço (Ilhafarma)	Empresa	
		José Gil Correia Gama	Individual	
		Joaquim Martins Barata da Silva	Individual	
		Roquelino Lourenço de Ornelas	Individual	
		Rafael Isidro Marques Carvalho	Individual	
		António Nóbrega II	Empresa	
	Gaula	Casa do Povo de Gaula	Privada sem fins lucrativos	
		Associação de Solidariedade Sol Perola	Privada sem fins lucrativos	
		EB1/PE - Dr. Clemente Tavares	Pública	
		Club Sport Juventude de Gaula	Privada sem fins lucrativos	
		Externato de S. Francisco de Sales	Privada sem fins lucrativos	
		Fábrica da Igreja Paroquial da Achada	Privada sem fins lucrativos	
		Casa da Sagrada Família e Refúgio de S. Vicente de Paulo	Privada sem fins lucrativos	
	Santa Cruz	Casa do Povo de Santa Cruz	Privada sem fins lucrativos	
		Associação da Banda Municipal de Santa Cruz	Privada sem fins lucrativos	
		Sporting Club Santacruzense	Privada sem fins lucrativos	
		Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz	Privada sem fins lucrativos	
		Iate Clube de Santa Cruz	Privada sem fins lucrativos	
	Santo da Serra	Casa do Povo do Santo da Serra	Privada sem fins lucrativos	
		Associação Desportiva e Cultural de Santo da Serra	Privada sem fins lucrativos	
		Santo Queijo - Produtos alimentares, Lda	Empresa	
		Sidónio de Mendonça Fernandes	Individual	
		Estalagem A Quinta	Empresa	
		Ricardo Jorge Jardim Freitas	Individual	
		Maria Baptista dos Santos Pereira	Individual	
		Freguesia Santo António Serra	Autarquia Local	
	Câmara de Lobos	Câmara de Lobos	Teatro Metaphora - Associação Amigos das Arte	Privada sem fins lucrativos
			Agrupamento de Escuteiros 1082 Santa Cecília	Privada sem fins lucrativos
			Sete Mares	Empresa
			Confraria do Glorioso São Sebastião	Privada sem fins lucrativos
			Maritima, Lda	Empresa
			Associação Insular de Geografia	Privada sem fins lucrativos
			Junta de Freguesia de Câmara de Lobos	Autarquia Local
Casa do Povo de Câmara de Lobos			Privada sem fins lucrativos	
Paixão e Freitas, Lda			Empresa	
Curral das Freiras			Pedro Fernandes Figueira	Individual
		Junta de Freguesia do Curral das Freiras	Autarquia Local	
		Clube Desportivo Curral das Freiras	Privada sem fins lucrativos	
		Sandra Sofia Gonçalves de Almeida	Individual	
		Sabores do Curral, Lda	Empresa	
		Associação Refúgio da Freira	Privada sem fins lucrativos	
		Casa do Povo do Curral das Freiras	Privada sem fins lucrativos	
		Curral Pão, Lda	Empresa	
		Linha Inteira, Alumínios, Lda	Empresa	
		Arsénia Isabel Abreu da Silva	Individual	
Sabores da Falésia, Lda		Empresa		
Alexandre João Silva Freitas Branco	Individual			
Estreito de Câmara de	Casa do Povo do Estreito de Câmara de Lobos	Privada sem fins lucrativos		
	ACRE	Privada sem fins lucrativos		

Cofinanciado por:



**Preparação e Realização da Avaliação de 2019
- Relatório Final -**

Concelho	Freguesia	Entidade parceira	Tipo de entidade
	Lobos	Junta de Freguesia do Estreito de Câmara de Lobos	Autarquia Local
		José Adelino Gonçalves	Individual
		José Bernardino Barros Pinto	Individual
		Alcides Luís Teixeira Nóbrega	Individual
		Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos Estreito Câmara de Lobos	Pública
		Gregório Freitas	Individual
	Jardim da Serra	Casa do Povo do Jardim da Serra	Privada sem fins lucrativos
		Junta de Freguesia do Jardim da Serra	Autarquia Local
		José Manuela Santos Silva	Individual
		Luís Eduardo Abreu Faria	Individual
		Grupo Desportivo Corticeiras	Privada sem fins lucrativos
		CAL- Cooperativa de Produção e Consumo Liberdade CRL	Privada sem fins lucrativos
	Quinta Grande	Casa do Povo da Quinta Grande	Privada sem fins lucrativos
		Junta de Freguesia da Quinta Grande	Autarquia Local
		Lucília Calisto Gonçalves	Individual
		Grupo de Folclore Cultural e Recreativo da Quinta Grande	Privada sem fins lucrativos
Nunes e Freitas, Lda		Empresa	
Maria Isabel Fernandes Marques		Individual	
Funchal	Santo António	Associação Portuguesa das Pessoas com Necessidades Especiais(a)	Privada sem fins lucrativos
	São Pedro	Núcleo Regional da Madeira da Liga Portuguesa Contra o Cancro(a)	Privada sem fins lucrativos
	Sé	Madeira Rural - Associação TER da RAM(a)	Privada sem fins lucrativos
Porto Santo	Porto Santo	Município do Porto Santo(b)	Autarquia Local
Machico	Machico	Município de Machico(b)	Autarquia Local
Câmara de Lobos	Câmara de Lobos	Município de Câmara de Lobos (b)	Autarquia Local

- a) **Parceiros estratégicos:** Associação Portuguesa das Pessoas com Necessidades Especiais; Núcleo Regional da Madeira da Liga Portuguesa Contra o Cancro; e Madeira Rural - Associação TER da RAM;
- b) **Municípios:** Município do Porto Santo; Município de Machico; e Município de Câmara de Lobos.

Cofinanciado por:



Entidades representativas da Parceria (AGPL)

Concelho	Freguesia	Entidade	Tipologia
Câmara de Lobos	Município de Câmara de Lobos		Município
	Câmara de Lobos	Casa do Povo de Câmara de Lobos	Associação sem fins lucrativos
		Junta de Freguesia de Câmara de Lobos	Órgão autárquico
	Curral das Freiras	Casa do Povo do Curral das Freiras	Associação sem fins lucrativos
		Grupo Desportivo do Curral das Freiras	Órgão autárquico
	Estreito de Câmara de Lobos	Casa do Povo do Estreito de Câmara de Lobos	Associação sem fins lucrativos
		Junta de Freguesia do Estreito de Câmara de Lobos	Órgão autárquico
	Jardim da Serra	Casa do Povo do Jardim da Serra	Associação sem fins lucrativos
		Junta de Freguesia do Jardim da Serra	Órgão autárquico
	Quinta Grande	Casa do Povo da Quinta Grande	Associação sem fins lucrativos
		Junta de Freguesia da Quinta Grande	Órgão autárquico
	Santa Cruz	Camacha	Casa do Povo da Camacha
Banda Paroquial de São Lourenço			Associação sem fins lucrativos
Caniço		Casa do Povo do Caniço	Associação sem fins lucrativos
		Junta de Freguesia do Caniço	Órgão autárquico
Gaula		Casa do Povo de Gaula	Associação sem fins lucrativos
		Associação Sol Pérola	Associação sem fins lucrativos
Santa Cruz		Casa do Povo de Santa Cruz	Associação sem fins lucrativos
		Junta de Freguesia de Santa Cruz	Órgão autárquico
Santo António da Serra		Casa do Povo do Santo da Serra	Associação sem fins lucrativos
		Junta de Freguesia do Santo da Serra	Órgão autárquico
Machico	Município de Machico		Município
	Machico	Casa do Povo de Machico	Associação sem fins lucrativos
		Associação Grupo Coral de Machico	Associação sem fins lucrativos
	Água de Pena	Casa do Povo de Água de Pena	Associação sem fins lucrativos
		ADRAP	Associação sem fins lucrativos
	Santo António da Serra	Junta de Freguesia de Santo António da Serra	Órgão autárquico
	Santo António da Serra	Casa do Povo de Santo António da Serra	Associação sem fins lucrativos
	Caniçal	Casa do Povo do Caniçal	Associação sem fins lucrativos
		Junta de Freguesia do Caniçal	Órgão autárquico
	Porto da Cruz	Casa do Povo do Porto da Cruz	Associação sem fins lucrativos
		Museu Engenho Velho	Museu Municipal
Porto Santo	Município do Porto Santo		Município
	Porto Santo	Casa do Povo de Nossa Senhora da Piedade	Associação sem fins lucrativos
	Porto Santo	Associação de Caçadores do Porto Santo	Associação sem fins lucrativos
APPNE			Parceiro Estratégico/ Associação sem fins lucrativos
Liga Portuguesa Contra o Cancro			
Madeira rural			

Fonte: Base de Dados GAL ACAPORAMA.

2. Listagem de reuniões realizadas

Entidade	Entrevistado
Casa do Povo de Câmara de Lobos	Representante da Parceria pela Freguesia de Câmara de Lobos
Casa do Povo do Curral das Freiras	Representante da Parceria pela Freguesia do Curral das Freiras
Junta de Freguesia do Caniço	Representante da Parceria pela Freguesia do Caniço
Junta de Freguesia de Santa Cruz	Representante da Parceria pela Freguesia de Santa Cruz
Junta de Freguesia do Santo da Serra	Representante da Parceria pela Freguesia de Santo António da Serra (Santa Cruz)
Madeira Rural	Parceiro Estratégico
Município de Câmara de Lobos	Vice-Presidente Sónia Pereira
Município de Santa Cruz	Vereadora Élia Ascensão
Município de Machico	Vereador Hugo Alexandre Marques
PRODERAM 2020	Autoridade de Gestão Secretariado Técnico

3. Projetos aprovados no âmbito dos Avisos

Concelho de Câmara de Lobos

Medida	Aviso	Situação	Freguesia	Beneficiário	Compromisso
19.2.2	01/AC/2016	Aprovado c/contrato assinado	Câmara de Lobos	Município de Câmara de Lobos	50 115,47 €
19.2.2	01/AC/2016	Aprovado c/contrato assinado	Câmara de Lobos	Junta de Freguesia de Câmara de Lobos	10 820,00 €
19.2.2	01/AC/2016	Concluído	Curral das Freiras	Casa do Povo do Curral das Freiras	8 205,30 €
19.2.2	02/AC/2017	Em execução	Curral das Freiras	Casa do Povo do Curral das Freiras	9 380,66 €
19.2.2	02/AC/2017	Aprovado c/ contrato assinado	Câmara de Lobos	Casa do Povo de Câmara de Lobos	48 783,81 €
19.2.2	02/AC/2017	Em execução	Quinta Grande	Fábrica da Igreja Paroquial da Quinta Grande	200 000,00 €
19.2.1	02/AC/2017	Em execução	Câmara de Lobos	Quinta da Saraiva, Unipessoal Lda	200 000,00 €
19.2.1	02/AC/2017	Em execução	Câmara de Lobos	Madeira Island Ice Cream, MIIC, Lda	158 025,80 €
19.2.2	02/AC/2017	Concluído	Câmara de Lobos	Junta de Freguesia de Câmara de Lobos	49 468,89 €
19.2.2	02/AC/2017	Aprovado c/ contrato assinado	Câmara de Lobos	Associação Insular de Geografia	33 485,60 €
19.2.1	02/AC/2017	Em execução	Estreito de Câmara de Lobos	BAR TINTA NEGRA, LDA	61 701,89 €
19.2.2	03/AC/2018	Aprovado s/ contrato	Câmara de Lobos	Junta de Freguesia de Câmara de Lobos	22 278,72 €
19.2.2	03/AC/2018	Aprovado c/contrato assinado	Jardim da Serra	Casa do Povo do Jardim da Serra	6 515,86 €
19.2.2	03/AC/2018	Aprovado c/contrato assinado	Câmara de Lobos	Centro Social e Paroquial do Carmo	96 977,56 €
19.2.2	03/AC/2018	Aprovado c/contrato assinado	Estreito de Câmara de Lobos	Junta de Freguesia do Estreito de Câmara de Lobos	10 741,87 €
19.2.2	03/AC/2018	Aprovado c/contrato assinado	Câmara de Lobos	Junta de Freguesia de Câmara de Lobos	21 973,00 €
19.2.2	03/AC/2018	Aprovado c/ contrato assinado	Câmara de Lobos	Junta de Freguesia de Câmara de Lobos	67 549,76 €
19.2.2	03/AC/2018	Aprovado c/ contrato assinado	Curral das Freiras	Casa do Povo do Curral das Freiras	53 20,57 €
19.2.2	03/AC/2018	Aprovado c/ contrato assinado	Câmara de Lobos	Associação Insular de Geografia	42 588,57 €
19.2.2	03/AC/2018	Aprovado s/ contrato	Câmara de Lobos	Banda Recreio Camponês	29 083,92 €
19.2.2	03/AC/2018	Aprovado s/ contrato	Estreito de Câmara de Lobos	Câmara Municipal de Câmara de Lobos	73 256,09 €
19.2.2	03/AC/2018	Aprovado c/contrato assinado	Câmara de Lobos	Câmara Municipal de Câmara de Lobos	71 768,38 €
Total					1 278 041,74€

Fonte: Base de Dados GAL ACAPORAMA.

**Preparação e Realização da Avaliação de 2019
- Relatório Final -**

Concelho de Santa Cruz

Medida	Aviso	Situação	Freguesia	Beneficiário	Compromisso
19.2.2	01/AC/2016	Concluído	Gaula	Junta de Freguesia de Gaula	5 672,45 €
19.2.2	02/AC/2017	Aprovado c/contrato assinado	Camacha	Junta de Freguesia da Camacha	5 8174,62 €
19.2.1	02/AC/2017	Em execução	Camacha	Mountain Lodges - Empreendimentos Turísticos, Lda	8 1179,26 €
19.2.2	02/AC/2017	Aprovado c/contrato assinado	Gaula	Junta de Freguesia de Gaula	6 936,45 €
19.2.1	02/AC/2017	Aprovado s/ contrato	Gaula	Requejema - Sociedade Produção Distribuição Produtos Alimentares, Lda.	192 811,63 €
19.2.1	02/AC/2017	Aprovado c/contrato assinado	Santo António da Serra	Dear Smile - Empreendimentos Turísticos, Lda	200 000,00 €
19.2.1	02/AC/2017	Aprovado s/ contrato	Santa Cruz	Maria João Jardim de Jesus	200 000,00 €
19.2.1	02/AC/2017	Aprovado s/ contrato	Camacha	Búzios e Diálogos - Unipessoal Lda	200 000,00 €
19.2.1	02/AC/2017	Concluído	Canico	Milton & Manuel Rodrigues, Lda	159 693,65 €
19.2.2	03/AC/2018	Aprovado c/contrato assinado	Canico	Junta de Freguesia do Canico	12 794,11 €
19.2.1	03/AC/2018	Aprovado c/contrato assinado	Camacha	Levada da Serra - Sociedade Turística, Lda.	200 000,00 €
19.2.2	03/AC/2018	Aprovado s/ contrato	Canico	Junta de Freguesia do Canico	15 525,96 €
19.2.2	03/AC/2018	Aprovado c/contrato assinado	Camacha	Casa do Povo da Camacha	20 799,27 €
Total					1 353 587,42 €

Fonte: Base de Dados GAL ACAPORAMA.

Concelho de Machico

Medida	Aviso	Situação	Freguesia	Beneficiário	Compromisso
19.2.2	01/AC/2016	Aprovado c/contrato assinado	Machico	Município de Machico	22 663,87 €
19.2.1	01/AC/2016	Em execução	Machico	Oceanodroma, Lda	152 214,28 €
19.2.2	03/AC/2018	Aprovado c/contrato assinado	Canical	Casa do Povo do Canical	3 935,312 €
19.2.2	03/AC/2018	Aprovado s/ contrato assinado	Machico	Junta de Freguesia de Machico	19 952,49 €
19.2.2	03/AC/2018	Aprovado c/contrato assinado	Porto da Cruz	Casa do Povo do Porto da Cruz	15 542,29 €
Total					214 308,24 €

Fonte: Base de Dados GAL ACAPORAMA.

**Preparação e Realização da Avaliação de 2019
- Relatório Final -**

Concelho de Porto Santo

Medida	Aviso	Situação	Freguesia	Beneficiário	Compromisso
19.2.2	01/AC/2016	Em execução	Porto Santo	Fabrica da Igreja Paroquial do Espírito Santo	136 499,09 €
19.2.2	01/AC/2016	Aprovado c/contrato assinado	Porto Santo	Fabrica da Igreja Paroquial da Freguesia do Porto Santo	162 779,83 €
19.2.1	02/AC/2017	Em execução	Porto Santo	Rhea - Dive - Actividades Marítimo Turísticas, Lda	200 000,00 €
19.2.1	02/AC/2017	Em execução	Porto Santo	Buziodimensão, Lda	200 000,00 €
				Total	699 278,90 €

Fonte: Base de Dados GAL ACAPORAMA.

Dinâmicas de compromisso (projetos aprovados), por freguesia da Zona de Intervenção

Freguesia	Compromissos [€]	Repartição do total por freguesias [%]	Compromisso por habitante [€/hab]
Câmara de Lobos	90 2919,50	70,6	50,02
Curral das Freiras	22 906,53	1,8	11,45
Estreito de Câmara de Lobos	145 699,84	11,4	14,19
Jardim da Serra	6 515,86	0,5	1,97
Quinta Grande	200 000,00	15,6	95,28
Santa Cruz	200 000,00	14,8	27,68
Canico	188 013,73	13,9	8,04
Gula	205 420,53	15,2	50,99
Camacha	560 153,16	41,4	75,20
Santo António da Serra (Machico)	200 000,00	14,8	213,67
Machico	194 830,64	90,9	17,3
Canical	3 935,32	1,84	1
Porto da Cruz	15 542,29	7,25	50,99
Porto Santo	699 278,90	100	127,54
Câmara de Lobos	90 2919,50	70,6	50,02
Curral das Freiras	22 906,53	1,8	11,45
Estreito de Câmara de Lobos	145 699,84	11,4	14,19
Jardim da Serra	6 515,86	0,5	1,97
Quinta Grande	200 000,00	15,6	95,28

Fonte: Base de Dados GAL ACAPORAMA.

**Preparação e Realização da Avaliação de 2019
- Relatório Final -**

Listagem dos 20 maiores projetos aprovados, por tipo de beneficiário, segundo o Investimento elegível

Ação da Sub-medida	Designação da Ação	Beneficiário	Tipo de beneficiário	Investimento elegível (€)
19.2.2	Recuperação e Restauro do Santuário de N. Senhora de Fátima - Centro de animação Turística e Cultural	Fábrica da Igreja Paroquial da Quinta Grande	Instituição sem Fins Lucrativos	285.714
19.2.1	Empreendimento Turístico Rural - Hotel 3 Estrelas no Santo da Serra - Dear Smile	Dear Smile - Empreendimentos Turísticos, Lda	Empresa	266.667
19.2.1	Empreendimento Turístico Rural - "Quinta da Saraiva"	Quinta da Saraiva Unipessoal, Lda	Empresa	266.667
19.2.1	Reabilitação de Património rural na Camacha	Levada da Serra - Sociedade Turística, Lda.	Empresa	266.667
19.2.1	Vila Jardim - Cabeço da Areia - Empreendimentos turísticos	Maria João Jardim Jesus	Empresa	266.667
19.2.1	Restaurante "Búzios&Diálogos"	Búzios e Diálogos, Unipessoal, Lda	Empresa	266.667
19.2.1	Rhea Dive	RheaDive - Atividades Marítimo-Turísticas, Lda	Empresa	266.667
19.2.1	Pastelaria "Milagre das Rosas"	Búzio Dimensão, Lda	Empresa	266.667
19.2.1	Requejema	Requejema - Sociedade de Produção Distribuição de Produtos alimentares, Lda	Empresa	257.082
19.2.2	Beneficiação da Sede da Banda Municipal de Câmara de Lobos	Banda Municipal de Câmara de Lobos	Instituição sem Fins Lucrativos	256.343
19.2.2	Conservação e restauro da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade e criação de um roteiro turístico, cultural e religioso	Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia do Porto Santo	Instituição sem Fins Lucrativos	232.543
19.2.1	Pastelaria dos Reis Magos	Milton e Manuel Rodrigues, Lda	Empresa	212.925
19.2.1	Madeira Island Icecream, MIIC	Madeira Island Icecream, MIIC, Lda	Empresa	210.701
19.2.1	Machico do Mar da Serra: Projeto de Ecoturismo	Oceanodroma, Lda	Empresa	202.952
19.2.2	Conservação e restauro da Igreja do Espírito Santo e criação de um roteiro turístico Cultural e religioso do Porto Santo	Fábrica da Igreja Paroquial do Espírito Santo	Instituição sem Fins Lucrativos	194.999
19.2.1	Casas Valle Paraizo - Casa da Castanha e Casa do Alho - Empreendimento de turismo rural	Moutain Lodges - Empreendimentos Turísticos, Lda	Empresa	147.599

Fonte: Base de Dados GAL ACAPORAMA.

4. Estratégia Local de Desenvolvimento

Tabela 1 - Estratégia Local de Desenvolvimento - Missão e Objetivos estratégicos

MISSÃO	OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS
<ul style="list-style-type: none"> Incentivar a transformação do território abrangido pela ACAPORAMA para um modelo de desenvolvimento mais sustentável, onde as centralidades rurais deverão ser inovadoras e cooperar entre si, renovando uma estratégia de harmonização e dinamização dos seus meios territoriais envolventes. 	<ul style="list-style-type: none"> Consolidar a atividade agrícola e valorização dos produtos agrícolas locais e a complementaridade com outros sectores de atividade económica; Qualificar e diversificar a oferta turística em envolvência com o território na perspetiva de valorização dos fatores endógenos, como a agricultura e seus produtos; Inovar nos serviços de apoio de base as populações rurais, incrementando a cooperação entre entidades; Valorizar o equilíbrio ecológico e paisagístico do meio natural; Aproximar os cidadãos dos serviços culturais, de lazer e educação; Incentivar o empreendedorismo e a criação de emprego, através da inovação da promoção ao aparecimento de empresas.

Fonte: ELD do GAL ACAPORAMA.

Tabela 2 - Objetivos das Ações/Sub-ações das Sub-Medidas 19.2 e 19.3

Ações/Sub-ações	Objetivos
M19.2.1- Atividades não agrícolas em zonas rurais (Artigo 19º 1 B))	<ul style="list-style-type: none"> Criar um incentivo direto à criação de valor acrescentado dos projetos, pela capitalização das sinergias que existem nos territórios e fora dos mesmos (iniciativas de comercialização de produtos e serviços) e apoio a iniciativas com grande potencial de criação de emprego local.
M19.2.1.1- Diversificação de Atividades nas Explorações Agrícolas	<ul style="list-style-type: none"> Estimular o desenvolvimento de atividades não agrícolas nas explorações agrícolas criando novas fontes de rendimento e de emprego; Contribuir diretamente para a manutenção ou melhoria do rendimento do agregado familiar; Contribuir para a fixação da população, a ocupação do território e o reforço da economia rural.
M19.2.1.2 - Criação e desenvolvimento de micro e pequenas empresas	<ul style="list-style-type: none"> Incentivar a criação e desenvolvimento de microempresas nas zonas rurais tendo em vista a densificação e diversificação do tecido económico com vista a criação de emprego, contribuindo para a revitalização económica e social.
M19.2.1.3 - Desenvolvimento de Atividades Turísticas	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver o turismo e outras atividades de lazer como forma de potenciar a valorização dos recursos endógenos dos territórios rurais, nomeadamente ao nível da valorização dos produtos locais e do património cultural e natural, contribuindo para o crescimento económico e criação de emprego.
M19.2.2 - Serviços Básicos para a População Rural (Artigo 20º)	<ul style="list-style-type: none"> Duas medidas de “serviços básicos para a população rural” e “conservação e valorização do património rural”.
M19.2.2.1-Serviços locais de apoio social, associativo e de tempos livres:	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar abrangência dos serviços básicos para a população rural, diversificando o tipo de respostas sociais disponíveis; Contribuir para a fixação da população, a ocupação do território e o reforço da economia rural; Estratégia Local de Desenvolvimento para o período 2014-2020 197; Contribuir para o reforço do associativismo de base local, reforçando a Ligação entre os territórios e as suas populações.
M19.2.2.2 - Valorização do Património Rural	<ul style="list-style-type: none"> Reforço da ligação dos territórios as populações locais, pela valorização das Tradições e dos produtos agrícolas locais; Estratégia Local de Desenvolvimento para o período 2014-2020;

**Preparação e Realização da Avaliação de 2019
- Relatório Final -**

Ações/Sub-ações	Objetivos
	<ul style="list-style-type: none"> • Valorização do património ambiental em espaços rurais; • Desenvolver o turismo e outras atividades de lazer como forma de potenciar a valorização dos recursos endógenos dos territórios rurais, nomeadamente ao nível da valorização dos produtos locais e do património cultural e natural, contribuindo para a sua colocação em rede.
M19.2.2.4 - Conservação de património local e pequenas infraestruturas de utilização coletiva.	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver o turismo e outras atividades de lazer como forma de potenciar a valorização dos recursos endógenos dos territórios rurais, nomeadamente ao nível da valorização dos produtos locais e do património cultural e natural, contribuindo para o crescimento económico e criação de emprego; • Contribuir para a fixação da população, a ocupação do território e o reforço da economia rural, pela disponibilização de equipamentos de utilização social.
M19.2.3 - Cooperação para o desenvolvimento local	<ul style="list-style-type: none"> • Direcionada para estruturas de cooperação já existentes.
M19.2.3.1-Apoio a projetos para desenvolvimento e comercialização de serviços turísticos relacionados com o turismo rural.	<ul style="list-style-type: none"> • Comercialização de serviços turísticos; • Criação de uma rede de operadores, estabelecer padrões de qualidade e criar uma identidade unificadora; • Rotas temáticas complementadas com serviços de base local; • Associações de operadores económicos da área do turismo rural.
M19.2.3.2 - Promoção de cadeias de abastecimento curtas e mercados locais e diversificação de atividades agrícolas.	<ul style="list-style-type: none"> • Sistemas agroalimentares locais; • Informação e promoção específica de produtos abrangidos por regimes de qualidade ou produtos locais; • Elaboração de estratégias de marketing, ações de promoção e publicidade; • Aquisição de serviços de consultoria especializada; • Associações de operadores económicos da área da agricultura desde que a operação de cooperação tenha o âmbito territorial da zona de intervenção.
M19.2.3.3-Diversificação das atividades agrícolas em atividades relacionadas com os serviços de saúde, integração social, agricultura apoiada pela comunidade e educação sobre o meio ambiente e alimentos.	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar o desempenho económico dos operadores que cooperem nas áreas temáticas do Turismo Rural, das cadeias de abastecimento curtas e mercados locais. • Desenvolver o turismo e outras atividades de lazer como forma de potenciar a valorização dos recursos endógenos dos territórios rurais, nomeadamente ao nível da valorização dos produtos locais e do património cultural e natural, contribuindo para o crescimento económico e criação de emprego. • Contribuir para a fixação da população, a ocupação do território e o reforço da economia rural, pela disponibilização de novos serviços de apoio social centrado na agricultura para as comunidades, na educação e saúde.
M19.2.4-Formação e informação de agentes de desenvolvimento local (Artigo 14º)	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar as capacidades técnicas e empresariais da população ativa do meio rural, em particular dos operadores económicos e mão-de-obra ativa que exerçam a sua atividade nos domínios abrangidos pela Abordagem Leader. • Áreas contempladas para a realização de ações de formação: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Turismo rural; ▪ Animação cultural no espaço rural; ▪ Marketing e participação em rede; ▪ Proteção do ambiente; ▪ Formação de jovens em técnicas de produção próprias dos espaços rurais; ▪ Apoio social; ▪ Empreendedorismo e criação de negócio.
M19.3.1-Cooperação inter-territorial e transnacional	
M19.3.1.1-Cooperação nacional interterritorial	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de um organismo de promoção de produtos locais; • Cooperação de comercialização de produtos e de conhecimento de outras realidades de território.
M19.3.1.2-Cooperação Internacional EU	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto de criação da marca regional.
M19.3.1.3-Cooperação Internacional fora da EU	<ul style="list-style-type: none"> • Internacionalizar as competências dos seus técnicos; • Mais-valias das experiências e competências do (s) nosso (s) GAL (s). • Vertente complementar da auto-sustentabilidade; • <i>Desafio:</i> Dar a conhecer a organismos internacionais de financiamento da Cooperação para o Desenvolvimento e as instituições desses países, as mais-valias das experiências e competências das ADL's portuguesas.

Fonte: ELD do GAL ACAPORAMA